

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS**  
**CONSEA-MG**

**1ª Conferência Estadual de Segurança  
Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais**

**Diretrizes e Prioridades para uma Política de  
Segurança Alimentar Nutricional em Minas Gerais**

**RELATÓRIO FINAL**

Belo Horizonte  
2002

# COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

## **Presidência**

*Dom Mauro Morelli*

## **Coordenação Geral**

*Manoel Costa*

*Otaviano Lage*

*Edmar Gadelha*

*Marcelo Resende*

## **Coordenadores**

*Alfredo Martins Marques (SEHADU)*

*Maria Beatriz Monteiro de Castro Lisboa (SES)*

*Gilberto Guedes da Cunha Filho (ITER)*

*Marcos Roberto Ferreira (CODEVALE)*

*José Martins de Medeiros (FJP)*

*Luiz Guilherme Melo Brandão (SEMAD)*

*Otaviano Lage (CONSEA)*

*Vicente de Paula Moura (FJP)*

## **1) Comissão de infra-estrutura**

### **Coordenadores**

*Alfredo Martins Marques (SEHADU)*

*Maria Beatriz Monteiro de Castro Lisboa (SES)*

### **Equipe**

*Bolivar Morroni de Paiva (EPAMIG)*

*Cláudia Parma Machado (SES)*

*Faustina Maria de Oliveira (EMATER)*

*Francisco Lopes Cançado Júnior (EPAMIG)*

*Maria das Graças Lima Bragança (EMATER)*

*Neiber Rodrigues Silva (SEMAD)*

## **2) Comissão Cultural**

### **Coordenadores**

*Gilberto Guedes da Cunha Filho (ITER)*

*Marcos Roberto Ferreira (CODEVALE)*

## **Equipe**

*Dayse Magalhães (CODEVALE)*

*Jaqueline Edith Dias Freitas (FHEMIG)*

*Paula Lessa (SETASCAD)*

*Paulo Eugênio Junqueira Oliveira (FHEMIG)*

*Walter Lopes Rosário Júnior (SECC)*

*Flávia Maria Diniz Pimentel (SEE)*

## **3) Comissão de Relatoria**

### **Coordenadores**

*José Martins de Medeiros (FJP)*

*Vicente de Paula Moura (FJP)*

### **Equipe**

*Adelmar Pereira Damasceno (UEMG)*

*Antônio Teodoro (FEAM)*

*Maurício Roberto T. Costa (FHEMIG)*

*Maria de Lourdes F. Machado (SEF)*

*Regina Campos (EMATER)*

*Regina Lúcia Tinoco Lopes (CETEC)*

*Sara da Silveira Figueiró (RURALMINAS)*

*Vera Regina Souza Martins (SERVAS)*

*Vinícius Oliveira Pimenta (SES)*

## **4) Comissão de Comunicação e Divulgação**

### **Coordenadores**

*Otaviano Lage (CONSEA)*

*Luiz Guilherme Melo Brandão (SEMAD)*

### **Equipe**

*Heloísa Helena M. Corrêa (SEJDH)*

*Manoela Rodrigues de Carvalho (ITER)*

*Renata Aparecida de Souza (IGAM)*

*Rodrigo Flávio Ferreira dos Passos (SEPLAN)*

*Viviane Peixoto Fortes (SEPLAN)*

*Teodorico Duarte Coelho (SEJDH)*

### **Secretaria Executiva**

*Eliana Messias (CONSEA)*

---

## APRESENTAÇÃO

---

O caminho da superação da miséria e da fome, aberto pelo Movimento pela Ética na Política em 1993, tem sido percorrido com passos firmes pela cidadania.

A partir de 1998, uma nova etapa foi inaugurada com a criação de fóruns estaduais da sociedade civil e a criação de Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, como instrumentos de parceria entre governo e sociedade civil para definir políticas públicas, visando implementar e garantir o direito à alimentação e à nutrição.

A partir do terceiro ano de funcionamento do CONSEA-MG, ampliam-se suas bases com o surgimento de comissões regionais comprometidas com a concretização dos objetivos da segurança alimentar e nutricional.

Após a realização de seminários de capacitação nas regiões, reuniu-se, em Belo Horizonte, de 2 a 4 de dezembro de 2001, a 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais.

Ora publicamos os resultados daquela Conferência traduzidos em diretrizes e prioridades. É tarefa da cidadania e dever do Estado implementá-las.

Sem garantir a todo o povo brasileiro o direito à alimentação e à nutrição, nosso país jamais conhecerá a paz social.

O desenvolvimento harmonioso de nossas crianças, principalmente na faixa de zero a seis anos, pressupõe a alimentação que garanta sua nutrição.

Criança saudável, criança feliz! Criança saudável, povo feliz!

*Dom Mauro Morelli*  
Presidente do CONSEA-MG  
Belo Horizonte, 01/05/2002

# PROGRAMAÇÃO

<b>DOMINGO</b> 2 de dezembro	<b>PROGRAMAÇÃO</b>
7:00 às 8:00 h	Celebração e cultos religiosos
8:00 às 9:00 h	Café da Manhã e Credenciamento
9:00 às 10:00 h	Solenidade de Abertura
10:00 às 10:30 h	Intervalo lanche
10:30 às 12:00 h	<b>Plenária I – Apresentação das Delegações</b> Apresentação da metodologia da Conferência (Regimento Interno)
12:00 às 14:00 h	Almoço
14:00 às 15:30 h	<b>Painel I – Como Produzir Alimentos para a Segurança Alimentar</b> - <i>Marcelo Resende</i> (ITER) - <i>Eugênio Ferrari</i> (CTA-Zona da Mata) <b>Coordenador:</b> <i>Argileu Martins da Silva</i> – EMATER-MG
15:30 às 16:00 h	Intervalo lanche
16:00 às 18:00 h	<b>Painel II – Direito Humano à Alimentação e a Garantia de Acesso aos Alimentos</b> - <i>Flávio Valente</i> – FBSANS - <i>Maria Regina Nabuco</i> – PUC/MG <b>Coordenador:</b> <i>José Francisco da Silva</i> Secretário Adjunto de Direitos Humanos/MG
18:00 às 19:30 h	Jantar
19:30 h	Abertura da Feira de Amostra Cultural de Minas Gerais Local: Ginásio
<b>SEGUNDA-FEIRA</b> 3 de dezembro	<b>PROGRAMAÇÃO</b>
7:00 às 8:00 h	Café da Manhã
8:00 às 10:00 h	<b>Painel III – Nutrição e Qualidade dos Alimentos</b> - <i>Josely Durães</i> – ASMIN - <i>Lígia Lindner Schreiner</i> - SES/MG <b>Coordenador:</b> <i>Prof. Munir Chamone</i> - UFMG
10:00 às 10:30 h	Intervalo lanche
10:30 às 12:30 h	<b>Painel IV – Segurança Alimentar Nutricional como Componente do Desenvolvimento Sustentável</b> - <i>Francisco Menezes</i> – IBASE/RJ - <i>Frederico Penido de Alvarenga</i> – Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/MG <b>Coordenador:</b> <i>Deputado Estadual Chico Rafael</i>
12:30 às 14:00 h	Almoço

<b>SEGUNDA-FEIRA</b> <b>3 de dezembro</b>		<b>PROGRAMAÇÃO</b>
14:00 às 16:00 h	Grupos de Trabalho para discussão dos temas I e II	
16:00 às 16:30 h	Intervalo lanche	
16:30 às 18:30 h	Grupos de Trabalho para discussão dos temas III e IV	
18:30 às 19:30 h	Jantar	
19:30 às 21:00 h	<b>Mesa Redonda: Cultura e Gênero na Segurança Alimentar</b> - Ricardo Ribeiro – UFOP/MG - Cláudia Luz - UFMG <b>Moderador: Romeu Sabará (Antropólogo/UFMG)</b>	
<b>TERÇA-FEIRA</b> <b>4 de dezembro</b>		<b>PROGRAMAÇÃO</b>
7:00 às 8:00 h	Café da Manhã	
8:00 às 12:00 h	<b>Plenária II – Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho e Votação das Propostas</b>	
12:00 às 13:30 h		
13:30 às 15:30 h	Almoço	
15:30 às 16:00 h	<b>Plenária III - Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho, Votação das Propostas e Moções</b>	
16:00 às 17:00 h	Intervalo lanche	
19:30 às 21:00 h	<b>Solenidade de encerramento</b> - Declaração da I Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais	

# DIRETRIZES E PRIORIDADES PARA UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS

## • EIXO 1 – *Produção de alimentos para a segurança alimentar*

### **Diretriz 1** Aumentar a Disponibilidade de Alimentos

#### **Propostas:**

- 1.1- Direcionar a assistência técnica para atender exclusivamente a agricultura familiar, adotando-se a agroecologia como base técnico-científica da agricultura;
- 1.2- Incentivar e apoiar as comunidades na produção de hortas caseiras, escolares e comunitárias;
- 1.3- Fortalecer a agricultura familiar agroecológica, garantindo inclusive infra-estrutura rural (estradas, moradia, eletrificação, lazer, escola e agroindústrias);
- 1.4- Criar um fundo específico para a produção de alimentos, envolvendo as três esferas de governo;
- 1.5- Implementar políticas de incentivo fiscal com a finalidade de manter o pequeno produtor rural no campo;
- 1.6- Garantir o acesso do agricultor familiar ao crédito subsidiado, preferencialmente através de Fundos Públicos de Aval;
- 1.7- Fomentar políticas de incremento à produção de alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural;
- 1.8- Conferir apoio financeiro para projetos específicos de mulheres e idosos da zona rural e urbana;
- 1.9- Desburocratizar os mecanismos ligados à obtenção de recursos para projetos relacionados com a segurança alimentar;
- 1.10- Viabilizar recursos subsidiados do governo federal e estadual para a agricultura familiar e assentados da reforma agrária para produção de alimentos básicos e para a implantação de agroindústrias artesanais;
- 1.11- Garantir recursos do FAT, para a produção de alimentos, respeitando o calendário agrícola e garantindo qualidade mediante ações de capacitação dos produtores;
- 1.12- Promover a conexão da produção agroalimentar local e regional, estimulando a formação de consórcios intermunicipais de comercialização e produção.

### **Diretriz 2** Investir na Educação e Capacitação para a Segurança Alimentar

#### **Propostas:**

- 2.1- Capacitar técnicos, conselheiros e membros das Comissões Regionais de Segurança Alimentar para elaborar e implantar projetos nas áreas de saúde e segurança alimentar, apoiando também

- na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- 2.2- Promover cursos sobre agroecologia;
  - 2.3- Capacitar empreendedores para processamento de alimentos no nível local;
  - 2.4- Oferecer apoio técnico e logístico aos pequenos produtores;
  - 2.5- Incluir na grade curricular matérias sobre segurança alimentar, organização sócio-política municipal (OSPM) e filosofia desde o ciclo básico, e as disciplinas de ecologia, nutrição e práticas agrícolas, promovendo a capacitação de professores;
  - 2.6- Catalogar e socializar todas as experiências realizadas nos diversos municípios relacionados à produção e a segurança alimentar, sejam elas estatais e/ou de iniciativa da sociedade civil;
  - 2.7- Estabelecer parcerias com as escolas técnicas federais e/ou universidades, para assessoria e orientações, respeitando a cultura local;
  - 2.8- Criar programas de “Educação para o Consumo”;
  - 2.9- Capacitar manipuladores de alimentos com enfoque nutricional e sanitário;
  - 2.10- Capacitar o corpo docente das escolas de ensino fundamental para o desenvolvimento de ações pedagógicas no campo nutricional;
  - 2.11- Capacitar agentes da comunidade para, em parceria com a Secretaria da Agricultura, implantarem hortas caseiras contribuindo para a segurança alimentar;
  - 2.12- Apresentar junto às comissões municipais de emprego sugestões de cursos do FAT, priorizando a alimentação nutricional sustentável.

### **Diretriz 3** Agilizar a Reforma Agrária

#### **Propostas:**

- 3.1- Implantar a Reforma Agrária e o parcelamento das terras devolutas mediante facilitação e adequação da lei de legitimação de terras de pequenos produtores.
- 3.2- Arrecadar as terras dos contratos vencidos e a vencer com empresas reflorestadoras, destinando-as a pesquisas e estudos sobre as possibilidades de recuperação para projetos agroflorestais mediante implantação de reservas extrativistas e assentamentos agroextrativistas;
- 3.3- Ampliar e priorizar as ações discriminatórias para identificação de terras devolutas no Estado de Minas Gerais, especialmente na região Norte, e disponibilizá-las para fins de reforma agrária;
- 3.4- Cancelar as dívidas dos assentados contraídas para a aquisição de terras mediante programas como o PARATERRA, Banco da Terra e outros, de forma a fortalecer a reforma agrária;
- 3.5- Apoiar as entidades sociais em suas funções pela reforma agrária.

### **Diretriz 4** Fortalecer o Associativismo

#### **Propostas:**

- 4.1- Incentivar a criação e fortalecer as organizações de agricultores familiares (associações e cooperativas) para a produção de alimentos, beneficiamento e comercialização dos produtos;
- 4.2- Estimular o associativismo para a produção de pão e leite de forma a garantir preços mais acessíveis para a população;

- 4.3- Promover a desburocratização fiscal, visando à isenção para os produtos comercializados através de associações ou cooperativas de agricultores familiares, visando verticalização da renda e melhoria das condições de vida e trabalho;
- 4.4- Passar o CEASA para o controle dos produtores via consórcio de associações e cooperativas.

#### **Diretriz 5** Preservar a Água e o Meio Ambiente

##### **Propostas:**

- 5.1- Promover medidas de saneamento ambiental e domiciliar, vinculadas a campanhas massivas de educação ambiental e respeito à biodiversidade;
- 5.2- Recuperar o meio ambiente do Alto e Médio Jequitinhonha, respeitando a legislação em vigor;
- 5.3- Assegurar acesso à água aos agricultores e familiares, para uso humano e atividades agropecuárias, através da recuperação de nascentes e pequenos barramentos, com participação e aprovação das comunidades envolvidas;
- 5.4- Implantar programas de recuperação e proteção de bacias hidrográficas, seus mananciais e redes condutoras com participação do Governo do Estado, do setor privado e da sociedade civil organizada, garantindo o controle social por parte dos usuários das bacias;
- 5.5- Destinar recursos para reciclagem do lixo nos níveis municipal e estadual;
- 5.6- Criar legislação que defenda o direito básico de acesso ao uso de água;
- 5.7- Formar um fundo com parte do lucro anual da COPASA, destinado a implantação de poços artesianos, reservas de água e sistemas de irrigação para pequenos agricultores de economia familiar do polígono da seca;
- 5.8- Promover o desassoreamento e reaproveitamento das barragens existentes no Vale do Mucuri e em outras regiões, destinando seu aproveitamento aos agricultores de economia familiar;
- 5.9- Criar usinas de compostagem de material orgânico.

#### ● EIXO 2 – *Direito humano à alimentação e a garantia de acesso aos alimentos*

#### **Diretriz 6** Ampliar as Condições de Acesso à Alimentação

##### **Propostas:**

- 6.1- Garantir a alimentação para os programas da área de assistência social;
- 6.2- Garantir o acesso ao serviço social com resolutividade na área nutricional;
- 6.3- Garantir o escoamento dos produtos, controlando a sua qualidade em nível regional, estadual, nacional e internacional;
- 6.4- Implementar políticas municipais e estaduais de abastecimento, criando programas de comercialização de alimentos a baixo custo, estimulando o pequeno varejo e priorizando os alimentos de primeira necessidade, de forma a garantir que todos os cidadãos tenham acesso à alimentação;
- 6.5- Apoiar as iniciativas não-governamentais voltadas para a suplementação alimentar e o combate ao desperdício;

- 6.6- Assegurar o acesso à alimentação como direito humano básico através de programas, em parceria com o governo e a sociedade civil (relação afetiva, social etc.) e o acompanhamento adequado a todas as crianças de 0 a 7 anos, gestantes e nutrízes;
- 6.7- Cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 6.8- Criar, por meio do Estado, dos municípios e de consórcios intermunicipais, infra-estruturas regionais e municipais de apoio à agroindústria familiar, e condições para a comercialização da produção dos pequenos produtores, artesãos e outros;
- 6.9- Desenvolver e implementar programas de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros ecológicos e a sua inclusão na merenda escolar, na alimentação de presidiários e de público alvo de programas sociais, via mercado institucional;
- 6.10- Facilitar a comercialização da produção dos pequenos produtores (proprietários ou meeiros) mediante isenção de impostos e encargos ou com subsídio estadual;
- 6.11- Garantir na política de compras governamentais a aquisição de produtos da região/município, facilitando a participação dos pequenos produtores no mercado institucional;
- 6.12- Promover redes de economia solidária através da organização de grupos de compra comunitária de produtos;
- 6.13- Fazer cumprir a Política Nacional de Alimentação e Nutrição;
- 6.14- Atualizar financeiramente o per capita da merenda escolar, tendo como referência o IGPM(FGV);
- 6.15- Criar um programa de alimentação de creches e entidades de atendimento a crianças de 0 a 6 anos;
- 6.16- Ampliar o aporte nutricional da merenda escolar, e fornecê-la, também, nas férias escolares;
- 6.17- Ampliar o horário da merenda escolar, diferenciado do horário de lazer (recreio);
- 6.18- Criar restaurantes populares e programas especiais de oferecimento de refeições;
- 6.19- Regulamentar o mercado de alimentos e ampliar a disponibilidade de produtos alimentares em bases socialmente eqüitativas;
- 6.20- Promover ampla divulgação dos programas de alimentação ou de apoio financeiro dos governos federal e estadual, tipo bolsa alimentação, bolsa escola, vale-gás etc., instruindo o público alvo a obter tais benefícios;

### **Diretriz 7** Orientar o Desenvolvimento para Geração de Emprego e Renda

#### **Propostas:**

- 7.1- Criar bancos de dados vinculados ao CONSEA sobre os projetos de geração de renda e dar estrutura legal aos mesmos;
- 7.2- Promover capacitação e dar suporte de infra-estrutura, viabilizando projetos de geração de renda de iniciativa popular;
- 7.3- Ampliar o Banco do Povo para fomentar projetos de geração de emprego e renda com controle social;
- 7.4- Garantir políticas para a geração de emprego e renda;
- 7.5- Incentivar a criação de incubadoras para as atividades de agronegócios dos pequenos agricultores.

**Propostas:**

- 8.1- Implementar ações dirigidas a grupos sob risco de fome através de programas de distribuição de alimentos associadas a práticas organizativas e educativas;
- 8.2- Respeitar os hábitos alimentares locais, adquirindo os alimentos preferencialmente dos produtores da região;
- 8.3- Criar bancos solidários de troca de alimentos e semente crioulos para distribuição às entidades filantrópicas e comunidades carentes com supervisão técnica específica e envolvimento dos CONSEAs municipais e regionais;
- 8.4- Manter a suplementação alimentar, caso as Secretarias de Abastecimento, Saúde e afins façam a opção pelo Programa Bolsa Alimentação;
- 8.5- Garantir às famílias do Vale do Jequitinhonha atingidas pela construção de barragens e/ou usinas hidrelétricas, seus direitos à terra ou justa indenização equivalente; o acesso à água e à comunicação e o acesso viário aos seus núcleos de convivência social e comercial;
- 8.6- Proibir a implantação de barragens, assegurar os direitos humanos básicos aos já atingidos pelas mesmas e investir no desenvolvimento das fontes alternativas de energia;
- 8.7- Assegurar o cumprimento da Lei 12.812/98, que garante assistência social às famílias atingidas pela construção de barragens em todo o Estado de Minas Gerais.

• **EIXO 3 – Nutrição e qualidade dos alimentos**

**Propostas:**

- 9.1- Criar equipes microrregionais autônomas de vigilância sanitária;
- 9.2- Introduzir e apoiar programas de utilização de alimentos alternativos naturais com suporte de pesquisas oficiais;
- 9.3- Garantir o planejamento nutricional nos diversos programas de alimentação de acordo com a especificidade do atendimento;
- 9.4- Promover junto ao Estado e municípios estudos com a participação de toda a sociedade para a formulação de pirâmides alimentares regionais e locais;
- 9.5- Ampliar a fiscalização do programa de alimentação do trabalhador através da vigilância sanitária;
- 9.6- Ampliar os métodos de avaliação do estado nutricional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) incluindo os indicadores altura para idade (A/I), de anemia ferropriva (HT/KS) e falciforme;
- 9.7- Proibir, mediante lei, a produção, a comercialização e consumo de alimentos geneticamente modificados (transgênicos) no Estado de Minas Gerais, enquanto não houver garantia absoluta de riscos à saúde humana e ao meio ambiente;
- 9.8- Garantir a rotulagem nutricional, junto à Secretária de Estado da Saúde para os alimentos “in natura” embalados;

- 9.9- Garantir e veicular informações sobre educação alimentar, valor nutritivo, manipulação e aproveitamento de alimentos para o consumo, negociando espaços na mídia;
- 9.10- Criar normas para a comercialização de alimentos industrializados com base na Norma de alimentos para lactentes;
- 9.11- Promover maior controle social na vigilância da propaganda enganosa sobre alimentos;
- 9.12- Exigir periodicamente análise toxicológica dos alimentos para identificar agrotóxicos e outros elementos nocivos à saúde humana, durante a produção, manipulação e armazenamento dos mesmos;
- 9.13- Fortificar os alimentos e a água com ferro, para combate a anemia ferropriva;
- 9.14- Estabelecer junto à vigilância sanitária procedimentos técnicos, visando à emissão de selo de garantia dos produtos da agricultura familiar, de forma a facilitar a comercialização e exportação dos mesmos;
- 9.15- Criar normas para estocagem, embalagem, produção, manipulação, preparo e comercialização de alimentos;
- 9.16- Introduzir o acompanhamento de nutricionistas no preparo de alimentos nas escolas;
- 9.17- Exigir análise periódica da água usada na preparação de alimentos em restaurantes, lanchonetes, bares, hotéis, indústrias e similares;
- 9.18- Promover campanhas publicitárias contra a privatização das águas, os agrotóxicos e os organismos geneticamente modificados (alimentos e sementes transgênicas).

• **EIXO 4 – Regulação das políticas públicas de segurança alimentar**

<b>Diretriz 10</b>	Fortalecer os Organismos Governamentais e Não-Governamentais de Segurança Alimentar
--------------------	---

**Propostas:**

- 10.1- Garantir a atividade do CONSEA-MG, mediante a aprovação de lei conferindo-lhe poderes deliberativos e de gestão, e assegurando recursos necessários para que possa desenvolver todas as ações que envolvam a segurança alimentar;
- 10.2- Criar, com o apoio do CONSEA, redes de intercâmbio e troca permanente de idéias e experiências, com a participação do governo estadual, PROCONs, prefeituras e ONGs;
- 10.3- Incentivar e apoiar movimentos para a criação de conselhos municipais de segurança alimentar, de modo que expressem uma vontade política, de baixo para cima, com ampla participação da comunidade, nos moldes do CONSEA estadual;
- 10.4- Promover a representação dos consumidores nas instâncias públicas deliberativas e nos programas públicos;
- 10.5- Criar o mapa da fome e da pobreza no Estado de Minas Gerais;
- 10.6- Disponibilizar aos Conselhos Municipais, dados do SISVAN, a fim de nortear propostas para políticas municipais de alimentação e nutrição;
- 10.7- Fortalecer as organizações sociais como pastorais, movimentos sociais e populares organizados, conselhos e sindicatos;
- 10.8- Promover a especialização de corpo técnico para formular, monitorar e avaliar políticas públicas de segurança alimentar;

- 10.9- Transformar as comissões de emprego e renda já existentes nos municípios e no Estado, em conselhos de emprego e renda;
- 10.10- Estimular a realização de parcerias com as pastorais da saúde e da criança para ações e convênios na área de segurança alimentar;
- 10.11- Promover ações intersetoriais e interinstitucionais, objetivando a segurança alimentar;
- 10.12- Criar e veicular uma estratégia de marketing para as ações e objetivos do CONSEA-MG.

<b>Diretriz 11</b>	Regulamentar as Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional
--------------------	---

**Propostas:**

- 11.1 - Criar mecanismos de controle social sobre política emergenciais alimentares para evitar assistencialismos;
- 11.2 - Criar uma Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (LOSA);
- 11.3 - Criar a Lei de Responsabilidade Social;
- 11.4 - Regulamentar e implantar a lei PRO-PEQUI;
- 11.5 - Garantir que a regulamentação da Lei 14.180/02 (Dez/2001, PL 1105/00) não prejudique a agricultura de economia familiar e acelerar a sua implantação (Projeto de Lei 1105/2000 e a partir de 16/01/2002 Lei 14.180/02, que exige cadastro de produtor artesanal ou agricultor familiar para a produção/comercialização de alimentos).

## **MOÇÃO**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, pedimos que o Governo do Estado de Minas Gerais convoque, em regime de urgência, uma plenária com a área social e de infra-estrutura, para debater a soberania de nosso povo na condução de seu direito à vida.

**Assinaturas:** 102

## **MOÇÃO DE APOIO**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, informamos que em Teófilo Otoni está previsto o despejo de 45 famílias de trabalhadores rurais sem terra, acampadas na Fazenda Colorado, família Fritch, por força de uma liminar judicial, que na realidade é pura e verdadeira injustiça, pelo fato dessa terra ter sido adquirida de forma ilícita pelo penúltimo proprietário. Pedimos aos participantes dessa Conferência, através desta Moção, a defesa da permanência das famílias sem terra na referida fazenda e a agilidade pelas autoridades competentes de todo o processo judicial. Atualmente, as famílias ali acampadas estão produzindo para seu sustento e até para a comercialização nas feiras da cidade.

**Assinaturas:** 184

## **Moção de apoio**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, pedimos a agilidade do projeto Disponibilidade nº 1105/2000, o qual se encontra engavetado nas mesas dos políticos interesseiros de nosso país.

**Assinaturas:** 31

## **MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES DE ALMENARA**

A 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, reunindo cerca de 500 delegados eleitos em todo o Estado, solidariza-se com os trabalhadores rurais de Almenara, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Comunidade de São Domingos, e dirige-se ao INCRA e à Justiça solicitando providências urgentes para a emissão de posse da Fazenda Amaralina, cujo decreto de desapropriação data de julho de 2000.

**Assinaturas:** 46

## **MOÇÃO DE APOIO**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, estamos parabenizando os organizadores da 1ª Conferência e sugerimos que todos os Conselhos Regionais ou locais tenham pelo menos maior participação do usuário da ponta. Só assim eles entenderão o trabalho que dá para que os recursos em geral cheguem até eles.

**Assinaturas:** 31

## **MOÇÃO DE REPÚDIO**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais repudiamos as liminares que são concedidas para o funcionamento de casas noturnas, as quais não têm capacidade para funcionamento e nem mesmo o alvará da Vigilância Sanitária.

**Assinaturas: 44**

## **MOÇÃO DE APOIO AOS TÉCNICOS DA EMATER-MG**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, aprovamos a presente Moção para garantir que os recursos humanos utilizados pela EMATER tenham o número de técnicos suficientes no Estado e sejam devidamente comprometidos com os projetos viabilizados pelo CONSEA-MG e outros, garantindo a produção de alimentos de qualidade no Estado que respeite a vida em todas as dimensões.

**Assinaturas: 41**

## **MOÇÃO CONTRA O CULTIVO, COMERCIALIZAÇÃO E USO DE PRODUTOS TRANSGÊNICOS**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, entendemos que investimentos em Organismos Geneticamente Modificados (Transgênicos) são contraditórios para garantir a segurança alimentar da população humana, baseados nos seguintes entendimentos:

- A manipulação genética que produz organismos transgênicos coloca em risco a biodiversidade local e global;
- O cultivo de organismos transgênicos promove a monocultura em grandes extensões, contribuindo para aumentar o êxodo rural e afetando ecossistemas locais;
- Promove a centralização das condições de produção, gerando monopólios multinacionais e colocando em cheque a autonomia dos produtores;
- Não garante a produção de alimentos de melhor qualidade nutricional, colocando em risco a saúde das pessoas.

Deixamos claro, portanto, nossa posição contrária à produção e comercialização de produtos transgênicos enquanto a sociedade civil não tiver garantia absoluta de que não haverá risco à saúde, ao meio ambiente e à soberania alimentar.

Requeremos do Governo Estadual assinatura urgente de um decreto de moratória, por tempo suficiente, para possibilitar estudos, pelos órgãos públicos responsáveis, sobre os impactos ambientais decorrentes da produção e uso de produtos avindos de organismos transgênicos, como medida de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais.

**Assinaturas: 94**

## **MOÇÃO DE APOIO À LUTA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS EM MINAS GERAIS**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, vimos nos solidarizar com os atingidos por barragens em várias regiões do nosso Estado, que, vivendo situações de descaso e angústias, vêm lutando pelos seus direitos.

As grandes barragens vêm se tornando verdadeiras usinas de sem terra e favelados, pois as indenizações que são pagas não permitem a compra de novas terras e a manutenção do mesmo modo de vida, contribuindo para aumentar os problemas sócio-ambientais das regiões onde elas são construídas.

Não podemos aceitar que a atual crise de energia, provocada pela omissão do Governo Federal, seja desculpa para que os direitos das famílias atingidas sejam violentados, em nome da geração de eletricidade que em grande parte beneficia principalmente indústrias que não se preocupam em poupar e buscar fontes alternativas de energia.

A expulsão das famílias de suas terras, em geral as mais férteis da região, representa uma forte contradição com os objetivos desta Conferência, pois não só resultam na diminuição da produção de alimentos, como agravam a situação de milhares de famílias que se vêem impossibilitadas de manter o seu modo de vida. Neste sentido, consideramos que o respeito às reivindicações dos movimentos de atingidos por barragens e setores sociais que apóiam a sua luta é parte da preocupação pelo desenvolvimento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais.

**Assinaturas: 64**

### **MOÇÃO DE REPÚDIO AO ENDIVIDAMENTO DO PAÍS**

A 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais condena a política de endividamento do país e o pagamento das dívidas interna e externa pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, propondo um amplo debate nacional sobre o assunto, uma auditoria das dívidas, com posterior renegociação por parte do Estado Brasileiro.

**Assinaturas: 47**

### **MOÇÃO AO GOVERNADOR ITAMAR FRANCO**

A 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, realizada em Belo Horizonte nos dias 02, 03 e 04 de dezembro de 2001, com a participação de 500 delegados eleitos em todas as regiões do Estado, solicita ao Excelentíssimo Senhor Governador Itamar Franco o envio urgente da proposta de implantação do CONSEA-MG, através de projeto legislativo à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, tendo em vista a necessidade de dar continuidade a esta experiência, que tem se mostrado muito relevante na garantia do direito à alimentação em Minas Gerais.

**Assinaturas: 54**

### **MOÇÃO DE REPÚDIO**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, repudiamos o Projeto de Lei do Deputado Elias Murad, que inclui o café na merenda escolar, por acreditarmos que os recursos da merenda devem ser canalizados para alimentos de alto valor nutricional, de baixo custo e que busquem valorizar os alimentos regionais. O café induz a uma falsa sensação de bem estar nutricional, na medida em que ele é um estimulante do sistema nervoso central; fornece apenas calorias vazias; não contribui para a melhoria do estado nutricional dos alunos, em especial das crianças, e eleva o custo per capita da merenda.

**Assinaturas: 179**

### **MOÇÃO DE REPÚDIO**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, repudiamos a ação do Governo Federal de repassar milhões de reais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, para empresas privadas como TELEMIG, TELECEL e multinacionais de grande porte, levando ao cerceamento e exclusão cada vez maior do cidadão brasileiro. Com este tipo de “INVESTIMENTO” federal, aumenta o desemprego, permite-se a não valorização e qualificação do trabalhador e sustenta ainda este sistema desumano e marginalizador que se instaura no país, através desta ação neoliberal com autonomia e aval do Governo FHC. Trabalhadores e contribuintes do FAT exigimos maior dignidade e compromisso ético com os recursos do FAT e que este seja realmente destinado ao trabalhador, que se torna cada vez mais exigente e excludente.

**Assinaturas: 47**

### **MOÇÃO DE REPÚDIO**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, repudiamos a negligência do Governo Mineiro em relação às famílias atingidas pelas novas barragens hidrelétricas que estão sendo construídas em nosso Estado.

**Assinaturas: 33**

### **MOÇÃO DE REPÚDIO**

Nós, participantes da 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, repudiamos a política do Banco da Terra e Crédito Fundiário implementada pelo Governo Federal e Banco Mundial. Esta medida exime o Governo Federal de sua responsabilidade de encaminhar o processo de Reforma Agrária, entregando a mesma ao controle das forças de mercado, não promovendo a distribuição da terra, ferindo a Constituição Federal, destruindo o instituto desapropriatório baseado na Função Social da Terra, transformando a terra em mercadoria de negócio, privilegiando os fazendeiros que majoram os preços dos imóveis, recebendo à vista, condenando os trabalhadores a contraírem uma dívida impagável, privilegiando, assim, os latifundiários. Em Minas, só de terras devolutas existe um estoque de 11 milhões de hectares (dados do ITER e da RURALMINAS), sem contar o grande número de latifúndios improdutivos. Aceitar o Banco da Terra em Minas Gerais é mais do que absurdo, é um ato criminoso e de desrespeito aos trabalhadores rurais do nosso Estado.

**Assinaturas: 138**

## RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

NOME	CIDADE
Adaltiva Teixeira da Silva	Araçuaí
Adelia Alves Teixeira Timoteo	Novo Oriente de Minas
Adelino Simões Viana	Francisco Badaró
Adélio de Souza Fernandes	Lima Duarte
Admilson David Ramos	Uberlândia
Adriana Cristina Baeta	Mariana
Adriana Veiga Aranha	Belo Horizonte
Adriano de Souza Camilo	Governador Valadares
Afonso Nunes Martins	Governador Valadares
Agda Cardoso Antunes de Souza	Jequitinhonha
Alair Pacheco	Belo Horizonte
Alaor C. Pereira	Uberlândia
Alec Victor Marie	Mariana
Alexandra Magalhães	Mariana
Alexandre Ferrreira de Souza	Pedra Azul
Alice de Paula Delgado	Lima Duarte
Alzira Margarida da Costa	Uberaba
Amélia Correa	Divinópolis
Ana Magela Pimenta Dias	Ubá
Ana Alves de Almeida	Ipaba
Ana Carolina Ribeiro de Castro	Montes Claros
Ana Claudia Santos S. Rezende	Inimutaba
Ana Claudia Santos Smith Rezende	Inimutaba
Ana Eustáquia Figueiro Martins	Pe. Paraíso
Ana Guaranys	Uberlândia
Ana Maria Moura	Itinga
Ana Marta Lino Lima	Ponte Nova
Ana Martins Ferreira	Montes Claros
Ana Rosa Martins Maioline	Teófilo Otoni
Anderson Júnio de Souza	Governador Valadares
Andrea Queiroz	Belo Horizonte
Andrea Tresinari Rubim	Belo Horizonte
Angela Maria Dotti de Carvalho	Inimutaba
Antonia Maria Pinto de Souza	Divinópolis
Antonio Calazan da Silva	Ribeirão das Neves
Antonio Maria Fortini	Muriáé
Antonio Perez Vidal	Governador Valadares
Aparecida Maria Amaral Silva	Vargem Alegre
Arildo da Silva	Uberaba
Arleide Freitas	Machado
Arlete Silva de Oliveira	Divinópolis
Bolivar Morroni de Paiva	Belo Horizonte
Caio Galucus de Azevedo	Nova Lima
Candida Soares Pereira	Teófilo Otoni
Carlinda da Silva	Belo Horizonte
Carlos Henrique Siqueira	Belo Horizonte

NOME	CIDADE
Carlos Mario Martins Silveira	Governador Valadares
Carlos Valdete Lauro Pires	Contagem
Cesar Aparecido Costa Barbosa	Belo Horizonte
Cicilia Heidmam	Berilo
Clarissa Calais dos Reis	Ipaba
Clarisse de Fatima Vasconcelos	Montes Claros
Claudia de Souza Barbosa Garcias	Belo Horizonte
Claudia Motta dos Santos	Nova Lima
Claudiana de Souza Santos	Inimutaba
Cleicimara Moreira de Oliveira	Governador Valadares
Clerio de Oliveira	Rio de Janeiro
Creuza Amelia Freitas E Santos	Uberaba
Cristina Garcia Lopes	Juiz de Fora
Dagmar Oliveira Salgado	Avaí do Jacinto
Dalila Cristina de Almeida	Uberlândia
Dalva Costa Nonato	Jequitinhonha
Daniela P. Ribeiro Amaral	Poços de Caldas
Daniely Cristina Souza Alves	Mariana
Danilio Saraiva	Porto Firme
Darcilia Matilde da Silva	Machado
Darleia da Silva Moura	Ipaba
Davy Sílvio Souza Leite Amaral	Barbacena
Debora Silva Duarte	São Sebastião do Paraíso
Dimas Soares Jardim	Berilo
Dom Mauro Morelli	Duque de Caxias
Doriedson Santana	Uberaba
Dulce Araujo	Teófilo Otoni
Edezia Cristina de Morais	João Monlevade
Edirany Almeida Soares	Belo Horizonte
Edmilson Gonçalves	Tumiritinga
Edna Oliveira Chaves	Governador Valadares
Edna Reis Franco de Oliveira	Vargem Alegre
Eduardo Bastos de Souza	Mariana
Eduardo Pinto Sena	Comercinho
Efigenia Cruz Ventura	Acaiaca
Efigenia Lucas Garcia	Rio Pomba
Elena Lacerda da Silva	Almenara
Elenice dos Santos	Belo Horizonte
Eleuza Maria dos Santos	
Elguita Starick Wnuk	Teófilo Otoni
Eli de Oliveira Nascimento	Carandaí
Elida de Oliveira Abrantes	Poté
Elisa Costa	Governador Valadares
Elisangela Pires Batista	Belo Horizonte
Elisangela Veríssimo Ferro	Uberaba
Elizabeth Marques	Tocantins
Elza de Oliveira	Juiz de Fora
Elza Ferreira de Oliveira	Joáima
Elza Maria da Silva Figueiredo	Governador Valadares

NOME	CIDADE
Emersomm Damezzi	Inimutaba
Eni Coimbra de Souza	Teófilo Otoni
Erica Marcos de Oliveira Cristiano	Três Corações
Eromar Dias Meira	Pedra Azul
Eudocha Esteves Farias	Nanuque
Eugenio Lucia Oliveira Leite	Montes Claros
Eva da Silva Marques	Belo Horizonte
Evaristo G. de Mattos	Belo Horizonte
Evina Teixeira da Cruz	Medina
Ezequias Rodrigues dos Santos	Teófilo Otoni
Fabiano Mirian Rocha	São Francisco de Paula
Fabricio Correa de Oliveira	Iapu
Faustina Maria de Oliveira	Belo Horizonte
Francisco Antonio Coelho	Juiz De Fora
Francisco Carlos Evangelista	Lima Duarte
Francisco Soares de Souza	Montes Claros
Frederico Antonio Mineiro Lopes	Montes Claros
Frei Rodrigo de Castro Peret	Uberlândia
Geralda Leopoldima S. Bertolini	Rio Piracicaba
Geralda Magela da Fonseca	Almenara
Geraldo Enivon Machado	Berilo
Geraldo Magela Carvalho	Coronel Fabriciano
Geraldo Magela de Alcino	Periquito
Geraldo Nobre Monção	Belo Horizonte
Giacomine de Oliveira dos Santos	Carmésia
Giestas Paranhos	Vespasiano
Gilberto Guedes Cunha	Belo Horizonte
Gilson De Souza	Governador Valadares
Giovani Martins Simao	Coronel Fabriciano
Girlene Ferreira Liziera	Liberdade
Giselia Siqueira de Sousa	Santana dos Montes
Glaciano Gomes Oliveira	Ribeirão das Neves
Graciane Maria Avelar	Esmeraldas
Greteve Mara de Paula Silva	São José do Paraíso
Helen Dayane Rodrigues Santa Rosa	Montes Claros
Igino Marcos da Mata de Oliveira	Uberlândia
Ilka Alves Santana	Belo Horizonte
Ilza das Graças Simoes	Barbacena
Ione Lott Torres	Santa Maria do Itabira
Irma Anita R. Frantz	Teófilo Otoni
Iusifith Chafith Felipe	Belo Horizonte
Ivana Cristina Lovo	Governador Valadares
Ivone Santos Silva	Salto da Divisa
Jacqueline Miriam M.J. Carvalho	Governador Valadares
Jaine Coutinho da Silva	Ipaba
Jamil Amim Saluppo Mattar	Belo Horizonte
Janete do Nascimento Caldeira	Belo Horizonte
Janira Valentim C. Alencar	Governador Valadares
Janser Silva Batista	Pedra Azul

NOME	CIDADE
Jaqueline Samuel de Oliveira Silva	Belo Horizonte
Jesse Ribeiro Sales	Januária
Joana Conceição C. Paranhos	Santa Luzia
Joana Erinet Simoes	Francisco Badaró
João Batista Rezende	Belo Horizonte
João Carlos Siqueira	Ouro Branco
João Silva Santana	Japonvar
João Teixeira da Silva Filho	Conselheiro Lafaiete
João Terceiro da Fonseca	Ipatinga
Joaquim Antonio Xisto	Governador Valadares
Joezio Moura da Silva	Uberlândia
Jomar Antonio Ferreira Tanure	Padre Paraíso
José Anísio Alves Vieira	Joanésia
José Antonio Ribeiro	Minas Novas
José Divino Lopes Filho	Uberlândia
José Francisco Garcia	Ipatinga
José Geraldo Fernandes	Timóteo
José Geraldo Neves	Barbacena
José Kalil Salles	Belo Horizonte
José Machado	Berilo
José Maria F. Santarosa	Bocaina de Minas
José Maria Pinto da Silva	Muriaé
José Martins de Medeiros	Belo Horizonte
José Matilde da Silva	Governador Valadares
José Nivaldo dos Santos	Poço Fundo
José Oliveira da Silva	Iturama
José P. Neto	Governador Valadares
José Prazeres	Governador Valadares
José Rosa de Assis	Uberaba
Josely Durães	Belo Horizonte
Josely Mendes Silva Cordeiro	Berilo
Josué Pereira Duarte	Governador Valadares
Judite Pinto Silva Rocha	Ribeirão das Neves
Junia Taroni Januzzi	Carlos Chagas
Laura Cristina de Serra	Mariana
Leicy Maria Pantuza de Jesus	Rio Piracicaba
Lenira L. Batista	Cataguases
Leonel de Oliveira Pinheiro	Tombos
Lidiane Michele Moreira	Rio Espera
Ligia Cristina de Oliveira	Poços de Caldas
Lilian Beatriz Silva	Indianópolis
Lino Sucupira Sena	Ponto dos Volantes
Livio da Costa Paranhos	Lagoa Santa
Lourdes de Fatima Rodrigues Rosa	Montes Claros
Lourenço Andrade de Almeida	Uberlândia
Lúcia Alves Fonseca	Belo Horizonte
Lúcia Maria Diniz	Belo Horizonte
Luciney Sebastiao da Silva	Betim
Luiz de Oliveira Torres	Vargem da Lapa

NOME	CIDADE
Luiz Guilherme Melo Brandão	Belo Horizotne
Luzia dos Santos Soares	Rio Piracicaba
Magaly Rodrigues Alves	Belo Horizonte
Magno Leal de Souza	Montes Claros
Manoel Evangelista G. Duarte	Almenara
Marcelo Ottoni Amaral	Poços de Caldas
Marcia Santana de Sousa	Uberlândia
Marcio Alves de Sousa	Uberlândia
Marcos Luiz da Cunha Jota	Lagoa Santa
Marda Trindade Pinto da Silva	Palmópolis
Marfisa Alves Teixeira	Poços de Caldas
Maria de Fátima Alves	Ipatinga
Maria Amélia Rodrigues Campos	Jequitinhonha
Maria Aparecida de Oliveira	João Monlevade
Maria Aparecida do Lago	Poços de Caldas
Maria Aparecida dos Santos	Belo Horizonte
Maria Aparecida Pereira Santos	Japonvar
Maria Bernadete de Assis	Esmeraldas
Maria Cecília Sarmiento de Castro	Montes Claros
Maria Cristina Verissimo Ferro	Uberaba
Maria da Glória Valverde	Teófilo Otoni
Maria da Graça Lima Bragança	Belo Horizonte
Maria das Graças de Freitas	Divinópolis
Maria de Fátima Alves	Ipatinga
Maria de Fátima Braga Pires	Uberlândia
Maria de Fátima Vieira Souza	Montes Claros
Maria de Jesus Loredo Rocha	Araçuaí
Maria de Jesus Nunes Silvério	Belo Horizonte
Maria de Lourdes da Silva	Uberaba
Maria de Lourdes Lacerda A. E Silva	Arantina
Maria de Lourdes O Lana	Belo Horizonte
Maria de Oliveira Sousa	Iapu
Maria do Carmo Frias	Belo Horizonte
Maria do Carmo S. Almeida	Igaratinga
Maria dos Anjos Ramos	Teófilo Otoni
Maria Elisa Teatini	Divinópolis
Maria Imaculada Neves Santos	Conceição Formosa
Maria Iraci Mendes Mendonça	Araçuaí
Maria José Paes Leme	Juiz de Fora
Maria Julia Portes	Machacalis
Maria Lucia Marques	Governador Valadares
Maria Meira Gomes	Ribeirão das Neves
Maria Salomé Lopes Rocha	Belo Horizonte
Maria Sidineide Silva Meire	Teófilo Otoni
Maria Tereza Sachetto Ferreira	Cataguases
Maria Trajano Miranda	Governador Valadares
Maria Valdete Leite Da Cruz	Joao Monlevade
Marinez Prates Cantarins	Governador Valadares
Marisa da Silva Ferreira	Caeté

NOME	CIDADE
Marlene Alcantara Santos	Teófilo Otoni
Marlene Salermo Coelho	Juiz de Fora
Marlene Santos Lemos	Belo Horizonte
Marluce Souza Paulo	Governador Valadares
Maura Rodrigues Miranda	Belo Horizonte
Mauro Lemes	Belo Horizonte
Mercedes Maria de O. Castro	Cataguases
Merilane Emanuele Cardoso	Belo Horizonte
Miguel Gonçalves Pereira	Igarapé
Myrian Cristina Pinto da Silva	Poços de Caldas
Nadja Maria Gomes Murta	Diamantina
Nair Ferreira Costa de Sousa	Almenara
Neiber Rodrigues da Silva	Belo Horizonte
Neide da Silva Gomes	Uberlândia
Neide Maria Campos Andrade	Belo Horizonte
Neuria Silva de Siqueira Campos	Inhapim
Nilda Franco de Almeida	Carlos Chagas
Nilza Elaine Assunção	Mariana
Nizia Araujo Vieira Almeida	Governador Valadares
Odete Dan Ribeiro Roldao	Uberlândia
Oldair dos Santos da Silva	Uberaba
Olivia Matildes C. Cavalcante	Machado
Omar Campo Ferreira	Belo Horizonte
Otacilio Candido Pereira	Paracatu
Patricia Aparecida Moreira	Rio Espera
Paulo André Alves de Amaral	Medina
Paulo Jorge Vieira	Cristiano Otoni
Pedro da Silva Vargas	Juiz de Fora
Pedro Lopes Rubens da Silva	Acaiaca
Rafael Arcanjo Neto	Governador Valadares
Raquel Maria de Carvalho	Araçuaí
Regina Campos	Belo Horizonte
Regina Lucia Bicalho	Divinópolis
Regina Lucia Tinoco Lopes	Belo Horizonte
Regina Rodrigues de Oliveira	Poços de Caldas
Rejane Beatriz Mendes	Santa Maria
Rejane da Costa Paranhos	Santa Luzia
Renato Antonio Cintra	Belo Horizonte
Ricardo Salles Costa	Belo Horizonte
Rita da Cruz Santos	Curral de Dentro
Rita de Cassia Ribeiro	Belo Horizonte
Roberta Ribeiro Silva	Belo Horizonte
Roberto dos Santos	Belo Horizonte
Robson Luiz Salomão	Itabirito
Rodica Weitzman	Belo Horizonte
Rodrigo Francisco Borges	Indianópolis
Romelia Rodrigues Lima	Belo Horizonte
Romeu Correa Junior	Carmo da Mata
Rosa Maria da Silva Alves	Nova Serrana

NOME	CIDADE
Rosalina Caetano dos Santos	Montes Claros
Rosana Sobrio Rocha	Nova Lima
Rosane Pereira Lopes Machado	Ubá
Rosângela Filomena Amaral	Montes Claros
Rosângela Maria Maciel	Vargem Alegre
Rosilani Avelar de Oliveira	Palmópolis
Sandra Maria La-Gatta	Governador Valadares
Sara Silveira Figueira	Belo Horizonte
Sebastião Alencar Dala Vedova	Campo Alegre
Sebastião Jorge Aranhas	Tombos
Sergio da Fonseca Dias	Rio Espera
Silvana Scarpelli	Igarapé
Solange A. Maciel F. Freitas	Belo Horizonte
Solange Aparecida Bernardes	Indianópolis
Solange Chaves Martins	Uberaba
Solange Monteiro de Souza	Montes Claros
Sonia Maria Costa	Ribeirão das Neves
Soraia Augusta S. Campos	Juiz de Fora
Suely Ferreira Moreira	Montes Claros
Tarcisa da Silva	Lamim
Temoteo de Souza	Uberaba
Terezinha Beatriz Rodrigues	Indianópolis
Terezinha Evangelista da Silva	Juiz de Fora
Tulio Cesar Lenti	Belo Horizonte
Ulisses Mendes	Itinga
Valmir Lopes de Queiroz	Varzelândia
Vania Resende Debien	Belo Horizonte
Vanilda Aparecida F. Cornea	Campo Florido
Veber Carlos de Andrade Jr	São João do Paraiso
Vera Lucia do Amaral Torres	Igaratinga
Vera Lucia Jorge Rubinch	Rodeiro
Vera Lucia Leal Santos	Lontra
Vera Lucia Luiz de Andrade	Carmésia
Vera Lucia S. Araujo Abreu	Governador Valadares
Vicente de Paula Moura	Belo Horizonte
Vicente Machado Filho	Teófilo Otoni
Vilma Maria Aires Martins	Belo Horizonte
Vinicius Oliveira Pimenta	Belo Horizonte
Vitória Augusta T. Netto Pires	Coronel Fabriciano
Viviane Franco Jallais	Belo Horizonte
Waldech Antunes Bahia	Almenara
Wanessa Françoise da Silva Aquino	Juiz de Fora
Wemerson Barra	Santa Maria de Itabira
Willian Pires de Oliveira	Uberlândia
Zilma dos Santos Rocha	João Monlevade
Zoraya Bernadete Souza	Belo Horizonte

# COMO PRODUZIR ALIMENTOS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

Marcelo Resende\*

Entro direto no assunto dizendo que não tem meio termo e vou falar a partir da minha experiência e da área em que atuo. Garantir a segurança alimentar hoje no Brasil tem que partir da redistribuição da terra. Esse é um dos eixos temáticos do programa de segurança alimentar, a reforma agrária. Como é que nós vamos garantir a condição de alimento para todos? A partir do reordenamento fundiário, da redistribuição da terra. É lembrando, daí, que vou fazer o casamento com o Eugênio, que não adianta ter a terra e continuarmos reproduzindo o atual modelo de desenvolvimento, o complexo agro-industrial *agrobusiness*.

Tenho uma missão que é um pouco chata de discutir essa questão fundiária, por causa das terminologias, e os juristas que me perdoem as terminologias que eu vou usar e vou tentar, se é que possível, didaticamente explicar isso com essa linguagem de terra devoluta, de ação discriminatória, mas esse é eixo básico para a gente poder entender o território nacional e, em especial, Minas. Vou abordar e a minha proposição aqui é tentar ao final mostrar para vocês como é essa configuração fundiária, como é o geopolítico fundiário no Estado de Minas Gerais, que a rigor pode ser extrapolado para outros estados. Não vou fazer discussão semântica do tema segurança alimentar, ora aparece com o termo soberania alimentar, mas vou discutir isso na perspectiva de que um povo que não é capaz de produzir no seu próprio território o alimento para a sua sustentação, não é um povo soberano, não é um povo livre. Não conseguimos garantir nesse território nacional a nossa condição de produção de alimentos, por causa dessa extrema concentração de terra. Ficarei muito nesse eixo com vocês e ao final quero ver se conseguimos motivá-los e esclarecê-los para que saiam proposições e diretrizes em relação a essas terras e a essa regularização fundiária no Estado.

Nessa perspectiva, mais do que falar, vou tentar demonstrar com algumas ações enquanto poder público, o que o Instituto de Terras tem feito. Quero também dar depoimento da nossa experiência concreta, objetiva. Já dizia São Francisco, para mim era um grande testemunho do exemplo, porque mais do que as palavras a gente tem que fazer com gestos. Nós do Estado, especialmente do Instituto de Terras, estamos com algumas experiências mais ou menos bem sucedidas, mas que servem de desafios para discutirmos a segurança alimentar. Cometemos até um erro proposital mais grosseiro, Dom Mauro pelo menos tinha me chamado a atenção, porque pegamos o tema segurança alimentar e colocamos dentro de um projeto nosso que é o Programa de Segurança Alimentar para os Assentamentos de Reforma Agrária. É bem verdade que o programa de segurança alimentar é muito mais amplo, mas resolvemos, até do ponto de vista de marketing, usar este título e tentar fazer na prática dentro dos assentamentos de reforma agrária como é que seria a segurança alimentar.

Voltando então na questão da discussão do território para dar esses elementos para entendermos a estrutura fundiária. Hoje o Brasil seguramente é um dos países que tem a maior concentração fundiária do mundo. O Governo Fernando Henrique, com toda a sua ação, conseguiu assentar 340 mil famílias. Isso deve significar 2% da capacidade de assentamento em todo o Brasil. Essa é a primeira coisa que eu queria desmistificar.

No Brasil nunca foi feita reforma agrária e o que existe hoje não é reforma agrária, não é redistribuição de terra, ainda que exista o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e vou explicar porque. Um outro aspecto importante dentro desse cenário, e por incrível que pareça, nos regimes dos países mais capitalistas, apresenta como pressuposto a divisão da terra para o avanço do

\*Geógrafo, Presidente do Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER-MG.

próprio sistema capitalista. E vários países com trajetória neoliberal o fizeram, e o Brasil chega até os dias de hoje sem fazer a reforma agrária, a não ser esses assentamentos pontuais que nada tem a ver com a reforma agrária.

O mais importante desse processo é que não temos nenhuma debilidade do ponto de vista da legislação brasileira para fazer reforma agrária. Ao contrário ela é um grande avanço e um grande instrumento da redistribuição da terra. A lei, no artigo 184 determina que todo latifúndio improdutivo que não cumpre a sua função social é passível de reforma agrária. É uma lei extremamente avançada e muito boa para fazer reforma agrária e mais, ao criar a lei com a Constituição de 88, criou-se um mecanismo jurídico que é o rito sumário, ou seja, não é para fazer reforma agrária pontual e não é para ficar pendente na burocracia da lei. Criou-se um rito sumário que permite fazer reforma agrária massiva, respeitando a lei e de uma vez só, assim como foram feitos nos outros países. No Brasil é que perdura, até nos dias de hoje, essa enrolação de assenta aqui assenta ali, sem-terra faz marcha pra lá, o governo recusa assentar de cá, e fica essa coisa que não significa nada, e nós não temos nenhuma dificuldade do ponto institucional para fazer a reforma agrária.

Estou fazendo uma afirmação em relação à legislação, não se tem nenhuma dificuldade hoje com esse instrumento que está aí, sem fazer revolução e nem falar em comunismo, nem anarquia e nem socialismo, é possível fazer uma reforma agrária ampla, massiva, e respeitando a legislação brasileira. O mais interessante dessa legislação é em que contexto foram feitas essas regras para a reforma agrária. E vocês, mais do que ninguém, sabem como foi feito isso. As regras que foram definidas em relação à capacidade de uso do solo, o que é um imóvel produtivo, o que é um imóvel improdutivo, obviamente foi definido pelo Congresso, e nós sabemos que dentro do Congresso a representação da correlação de força não é daqueles que defendem a reforma agrária. Estou querendo dizer com isso que esse mecanismo institucional é referendado pelos ruralistas e pela classe dominante de latifúndio. Foram eles que consensuaram um pacto em torno dessas regras. O que hoje está pedindo o MST, os trabalhadores, é aplicar essas regras para fazer a reforma agrária. E não foi a esquerda, ou qualquer outro segmento que elaborou essas regras. É dentro do jogo democrático que se estabeleceram as regras.

Um outro dado é que o MST deve estar somando cem mil famílias acampadas. Em Minas Gerais são divergentes os números, no ano passado tínhamos uma ordem de sete mil famílias acampadas, ou ocupando uma margem de rodovia, ou dentro de um latifúndio improdutivo. Hoje já estamos contando com um número de dez mil famílias acampadas, demandando uma ação do estado e obviamente que o Governo Federal teria que desapropriar as terras improdutivas, que não cumprem a sua função social, destinando-as à reforma agrária. Aí tem um aspecto muito importante de entender que a mídia trabalha muito mal isso. O governo federal através do INCRA, se quisesse acabar com todos os sem terra, poderia fazê-lo em menos de 2 (dois) dias. Isso é importante entender, por exemplo, se o governo conseguisse fazer o seu dever de casa, que é discriminar, que é levantar onde estão as terras, os latifúndios improdutivos e fazer um estoque de terras para destinar aos sem terra, eles não teriam mais de invadi-las. Eles só fazem isso porque, o governo não se antecipa. O governo reconhece, trabalha em função da demanda. Se os trabalhadores rurais não se organizam e vão ocupar o latifúndio, o governo não vai lá sozinho fazer o levantamento, só vai depois que os trabalhadores rurais vão lá e ocupam aquela terra.

No caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministro Raul Jugmam tem um aspecto antidemocrático visível, uma maneira até fascista. Ao invés de criar mecanismos legais e institucionais para acelerar isso e equipar o INCRA, dar condições para fazerem esse trabalho mais rápido que os sem terra em ocupar a terra. O que fez? Criou uma medida provisória que se o sem terra ocupar uma área ela não poderá ser desapropriada. Cria um mecanismo institucional, num estado democrático de direito para impedir a organização social dos trabalhadores. Esse é o governo Fernando Henrique, esse é o sociólogo que veio do meio popular, criando mecanismos institucionais para combater os trabalhadores rurais, para fazer aquilo que é função do governo federal. Portanto, o Ministro Raul Jugmam consegue hoje, ao invés de uma política pública para avançar o processo de reforma agrária, fazer uma política pública para reprimir o avanço da reforma agrária no Brasil. Isso tem que ficar muito claro e basta ver a perseguição aos trabalhadores rurais.

Esse ponto diz respeito à questão das terras que têm título de propriedade mas são latifúndios improdutivos. Uma outra parte da configuração

territorial são aqueles que têm título de propriedade e têm suas terras produzindo e a constituição não mexe nas terras que estão produzindo, que cumprem com sua função social. Um outro aspecto desse processo são as terras públicas e devolutas. Aí tem uma história engraçada: Minas Gerais deve somar hoje onze milhões de hectares presumivelmente de terras devolutos. É importante entender isso. Essas terras devolutas são suficientes para assentar todas essas dez mil famílias acampadas debaixo de lona preta no estado. E ninguém nunca mexeu e não consegue por a mão e não faz avanços nessa questão das terras devolutas. Elas têm um processo histórico que remonta nossa própria civilização ou nosso período de colonização. O espaço é muito curto desse processo. É só lembrar o que chamamos de uma terra devoluta. Aquela terra onde a coroa, naquele período colonial, não reconheceu aquele domínio de propriedade. Num dado período do Brasil colonial, a nobreza, ao invés de vender títulos de terra e comercializar, fez o que é chamada Sesmarias, a concessão de terras aos nobres para poder ter um processo de ocupação territorial do Brasil.

Com todo o processo mundial de libertação dos escravos, chegou o momento do ponto de vista político, já que era inevitável a libertação dos escravos, de aprisionar a terra para que esses escravos não tivessem acesso a ela. A partir desse período a Coroa começa, então, a não conceder o uso de grandes extensões de terras ou Sesmarias aos nobres, mas começa a reconhecer a compra e a venda dessas terras. O Estado de Minas Gerais, por exemplo, segundo o Arquivo Público Mineiro, reconhece 350 Sesmarias, 350 áreas que a coroa reconheceu, tudo que começou subdividir dali, foram parceladas, vendidas etc. É uma terra com domínio, com titularidade oficial, rigorosa, com o domínio de terra. Mas onde não se reconheceu essas Sesmarias, essas grandes porções de terras são chamadas de terras devolutas até hoje. Em Minas se presumem onze milhões de hectares dessas terras. O mais interessante nesse processo é que, quando pegamos o Arquivo Público Mineiro, para você saber quando o cidadão tem o domínio de terra justa e não grilada, basta que soubéssemos onde foram concedidas as Sesmarias confirmadas. O Arquivo Público diz assim na transcrição: reconheço uma Sesmaria ao fulano de tal, que vai da margem esquerda do Rio São Francisco, seis léguas a cavalo no sentido da Bahia até ao Pau Óleo na comunidade ou vilarejo

Periquito. Então é uma configuração geográfica daquela época.

Hoje o grande dilema, por incrível que pareça ser banal essa historinha, é aonde estão essas Sesmarias confirmadas e onde não estão essas Sesmarias confirmadas. Porque toda subdivisão da terra, o processo de compra e venda, registro paroquial, a terra do santo, vem desse processo. Então essas terras hoje no Estado de Minas Gerais, e agora já dá para saber mais ou menos onde elas estão, região noroeste, é uma grande área de terras devolutas onde a coroa não reconheceu Sesmarias, a posse ali foi grilada. Quem é detentor de terras ali tem um processo. Se você for ao cartório para pegar o nome do cidadão, para verificar se o título é dele, você não acha um registro de terra.

Na região de Montes Claros, no Norte de Minas, no Mucuri, predominam essas terras de origem devoluta. É muito fácil achar terra devoluta, basta ir ao cartório e pegar o que a gente chama de cadeia dominial. Pega o nome do primeiro da fila e começa: de quem você comprou a terra? Comprei de fulano, de ciclano, de beltrano. E assim a gente vai fazendo a cadeia dominial daquele título de propriedade para ver se tem origem legal. E, verificamos, essa é uma denúncia muito séria, que não existe terra devoluta, não existe grilagem de terra, sem a conivência do poder público institucional. Ao longo da história, os cartórios, os governadores, as RURALMINAS da vida, muitos órgãos, facilitaram esses processos de grilagem e de concentração de terras devolutas no estado.

Vou apresentar umas transparências, até para ficar mais didático, sobre esse cenário da configuração fundiária e o que é que está sendo feito. Para mim é importante assessorá-los nisso para que durante essa Conferência, sendo bem pragmático e prático, possamos estar aprovando diretrizes políticas e institucionais em relação a essas terras devolutas.

O órgão do estado que cuida dessa regularização fundiária, que tem a missão institucional de fazer essa regularização, é o Instituto de Terras do Governo do Estado – ITER, anteriormente era a RURALMINAS. A RURALMINAS foi alvo de duas CPIs. Nesse Governo estamos tentando moralizar isso. Ela não fez isso de forma ilegal. A legislação permitia isso. Ela concedeu e regularizou inúmeros latifúndios de terra para proprietários, e fazia isso com a conivência da Assembléia Legislativa e com a permissão da lei. O Governador Itamar

Franco é o primeiro governador na história de Minas Gerais a criar um órgão de política pública para a reforma agrária. Além dessa missão institucional, que era da RURALMINAS, de regularização fundiária das terras públicas e devolutas, também temos orçamento próprio. Nossa dotação orçamentária o ano passado, foi de cinco milhões, e já estamos entrando com treze milhões. É o primeiro governo a atuar na reforma agrária.

Especificamente na regularização das terras devolutas, a lei nos determina a arrecadar essas terras de origem devoluta e destiná-las para um fim social. Seja fazer áreas de preservação permanente, seja para destiná-las para assentamento de reforma agrária. Enfim, tem mil possibilidades. Seja a lei do pró-pequi, criar as áreas do extrativismo do pequi do cerrado, é competência do Instituto de Terras fazer isso e regularizar os posseiros, os pequenos posseiros que estão dentro dessas terras devolutas e que reivindicam do Estado o título de propriedade.

Só para vocês terem uma idéia, o Estado de Minas Gerais, segundo o cadastro do INCRA feito por um pesquisador, Dr. Petrus, 150.000 pequenos proprietários declararam não ter o título de propriedade em áreas menores que 100 hectares. Temos, grosso modo, 150.000 posseiros no Estado de Minas Gerais, que estão esperando do órgão do Estado o título de propriedade. Podemos dar esse título de forma ágil e rápida, sem muita contestação e sem entrar na justiça, até 250 hectares. Damos prioridade política para áreas até 50/60 hectares e até 100 hectares.

O governo que mais deu título de terra foi o governo Francelino Pereira em toda a história de Minas Gerais. Ele concedeu 3.500 títulos. Eu já vi propaganda de 11.000 títulos de alguns governos. Mas é mentira. Eu tenho o controle todo lá. Hoje nós já conseguimos entregar 2.500 títulos a pequenos proprietários posseiros. Outro aspecto é como arrecadar essas terras devolutas e destiná-las para a reforma agrária. Esse é um aspecto cruel porque depende de uma ação discriminatória na justiça. Esse processo, em geral, rola 5, 10, 15, 20 anos na justiça. É um processo complicado.

A concentração de terras em grandes propriedades que não cumprem a sua função social em Minas Gerais, conforme o artigo da Constituição Federal, é de 12 milhões de hectares concentrados nos extratos de terras em propriedades com mais de mil hectares. O estoque é cerca de 11 milhões de hectares de terras públicas devolutas, não

discriminadas pelo Estado. Na época em que levantamos esses dados, tínhamos conflito de terra em 65 municípios, totalizando 7050 famílias em todas as regiões do estado e um terço dos projetos de assentamento implementados, nos últimos 16 anos pelo governo federal, que totaliza uma área de 340 mil hectares de terras, em 158 projetos. Esse é o mapa de concentração de terra no estado. Podemos verificar as duas cores mais importantes: o vermelho e o amarelo. A região de maior concentração de latifúndios, em especial com terras devolutas, é a região norte de Minas. O noroeste é o segundo. O MST está com assentamento em torno de Belo Horizonte. A alta concentração de terra, por incrível que pareça, é o Triângulo Mineiro, com esta coloração amarela. O mais impressionante é como ficam os acampados.

Prestem bastante atenção porque não vai dar para sobrepor a concentração de terra com o número de acampamentos. Essas são as sete mil famílias acampadas dentro de um latifúndio improdutivo ou à margem de uma rodovia, demandando terra tanto do Governo Federal quanto do Governo Estadual. Isso totaliza sete mil e poucas famílias hoje acampadas com essa configuração territorial. No programa de reforma agrária, desde a criação do PNRA/INCRA em 1986 até os dias de hoje, somam-se 158 assentamentos de reforma agrária no estado de Minas Gerais, totalizando, mais ou menos, 8000 famílias. Esse dado é impressionante e é importante entender porque a mídia não divulga isso. Não dá para considerar que isso é assentamento de reforma agrária. Até o ano passado metade dessas áreas foram desapropriadas pelo Governo. Os trabalhadores foram jogados lá dentro, e demorou de um a três anos para chegar e falar para o caboclo que estava lá dentro daquela fazenda: "Olha, o seu lote é aqui ou o seu lote é ali". Demora de um a três anos para fazer o parcelamento da terra, para fazer uma estrada dentro do assentamento, para levar energia elétrica para dentro do assentamento e para liberar os créditos. Quando vemos os sem terra pressionando, brigando e dormindo na porta do INCRA não é porque querem mais terras é devido à realidade da política pública.

O Instituto atua em três diretrizes. Temos uma atuação nos direitos humanos. Nesse Governo foram setenta e duas liminares de reintegração de posse. Os juizes mandaram tirar os sem terra, porque eles ocuparam um latifúndio improdutivo. Cumprimos essas setenta e duas liminares

de reintegração de posse, que no passado era feito com violência, sentando a uma mesa para negociar. O Governo de Minas não reconhece os trabalhadores rurais sem terra como um caso de polícia, e sim como um caso de política pública. De fato são 72 liminares de reintegração de posse, sem o uso de violência contra um trabalhador ou uma trabalhadora rural à revelia de qualquer juiz.

Temos um programa de crédito junto aos assentamentos para o desenvolvimento rural sustentável. Eu vou falar um pouco mais sobre segurança alimentar e o que nós estamos fazendo dentro das áreas com alguma infra-estrutura e que achamos que é papel do Estado. Na reforma agrária temos várias ações para apoiar uma família assentada. Reconhecemos que o movimento social organizado é quem faz a animação política social dos trabalhadores. Um governo que não reconhece a livre organização dos trabalhadores, não é um governo democrático. O Governo Federal tem que entender que o MST, que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que o MLST do Triângulo, que a LOC, com todas as suas divergências plurais, são referências para construir um processo democrático, como atores sociais de reforma agrária. Em Minas, o primeiro aspecto é esse. Temos boas relações com os trabalhadores rurais porque reconhecemos o papel e a função deles nesse processo.

Entendemos que a arrecadação de terras particulares é do Governo Federal, conforme o azul, e das terras públicas e devolutas é do Estado, conforme o verde. Os recursos financeiros para o crédito de implantação são do próprio Governo Federal. Quem arrecada imposto para a reforma agrária é o Governo Federal, não é o Governo Estadual. Os créditos e a infra-estrutura dentro do programa de implantação são do Governo Federal. Ele tem recurso e missão institucional para isso. Os créditos para custeio do investimento são do PRONAF. A implantação de infra-estrutura nas parcelas, entendemos que o estado tem que entrar nessa parceria. Isto é, na infra-estrutura, na assistência técnica, no acesso ao serviço. Isso foi a primeira coisa que fizemos em Minas. Não é tapar buraco do Governo Federal. O Governo Federal arrecada recursos e tem a missão institucional conforme determina a constituição brasileira. Ele deve fazer e se ele faz mal não vamos ficar tapando buraco. Temos a nossa missão e o nosso projeto político.

Outro dado relevante e significativo no processo de reforma agrária em Minas Gerais é que,

pegando os dados em 158 assentamentos, o gasto para assentar uma família é de 20 mil reais. Levando em consideração o valor da terra em Minas Gerais, o processo de desapropriação, ou seja, aquilo que é pago pelo governo para o proprietário, é em média nesses 158 assentamentos, 14 mil reais para o preço da terra. O restante é para esses créditos que eu falei para vocês, infra-estrutura etc. Então são 15 mil reais por família para a arrecadação de terra e 5 mil para a instalação, demarcação dos lotes, o projeto de desenvolvimento, a habitação e a infra-estrutura coletiva.

O INCRA e o Governo do Estado em parceria estão entrando com 500 reais por família/ano dentro dos projetos e, mais ou menos, 3 mil para investimentos com energia, estradas e parcelas, segundo o nosso próprio cálculo. Aliás, o INCRA e o Governo do Estado totalizam 500 reais que seria o cálculo para a assistência técnica. Hoje não temos condições de fazer isso.

O que eu quero ilustrar é que um posto de trabalho na indústria automobilística é 34 vezes mais caro do que isso para gerar o mesmo emprego para a família. Não existe emprego mais barato do que assentar uma família na terra. Quando pegamos várias cidades do interior de Minas, de um universo de 850 municípios, é inverdade dizer que esses municípios são urbanos. A pessoa só mora lá. Guarinhata, que é a minha região, Campina Verde, Ituiutaba, são eminentemente rurais. A população toda trabalha no campo e faz da cidade um local que tem infra-estrutura. Para pensar na reorganização do território, deve-se levar em consideração essa geração de emprego. Com tanto desemprego, o novo conceito de desenvolvimento local, regional e sustentável deve levar em consideração esses municípios, a sua base fundiária e a sua redistribuição de terras. E os dados mostram bem isso.

Um outro dado que é relevante, é que cada assentado pelo programa de reforma agrária paga a terra. Nada é de graça. Tudo isso, ao longo de vinte anos, é pago. Os sem terra pagam pela terra e ainda pagam o outro crédito.

Ainda dentro desse conceito de ocupação territorial, o Estado não consegue avançar na arrecadação de suas terras públicas e devolutas. Anteriormente, os órgãos de terras iam aos municípios e discriminavam o município inteiro e entravam na justiça dizendo que iriam fazer uma regularização fundiária no município. Começavam, então a questionar: quem aqui tem terra

particular e tem o título de propriedade? Tantos proprietários daquele município. Quem aqui não tem título de propriedade? Tantos proprietários. Então a ação discriminatória faz a diferenciação entre aqueles que têm o título definitivo da terra e aqueles que não têm o título, mas tem a posse da terra, aqueles que são pequenos agricultores. Após essa discriminação entra-se com uma ação na justiça para regularizar.

Agora no Instituto, optamos por uma nova metodologia. Há uma demanda social premente que não dá para fechar os olhos para ela e não adianta ficarmos fazendo ação discriminatória em municípios. Hoje funciona assim (bem ou mal está dando resultado). Os trabalhadores têm um acampamento ali e indicam as áreas de terras devolutas daquele município. São áreas de fulano, de ciclano e de beltrano. Entramos com uma ação discriminatória ao réu para ele provar se tem o título e o domínio daquela propriedade. Se ele não tem, ingressamos na justiça. Estamos fazendo isso com várias áreas. Qual é o problema? A legislação hoje é morosa e isso se arrasta 5, 10, podendo chegar até 15 anos na justiça. Esse dilema das terras devolutas não é tão simples e tem todo um poder emanado para manter as coisas assim mesmo, e para não permitir que isso avance. É por isso que ninguém preocupa com terra pública e devoluta.

Onze milhões de hectares de terras em Minas Gerais podem significar mais ou menos equivalente ao Estado do Rio de Janeiro. Se você sobrepôr dentro do mapa de Minas Gerais, é terra do Estado que ninguém consegue botar a mão porque a legislação também não favorece, e ao longo da história, nunca se teve vontade para isso. Pelo contrário, perpetuou a concentração nas mãos de poucos, que têm grandes áreas e grandes extensões de terras devolutas. Essa configuração perdura até os dias de hoje. Só como exemplo, a fazenda do FHC, que foi alvo de todo aquele cenário teatral, é terra regularizada pela RURALMINAS, que regularizou mais de dois mil hectares naquela propriedade. Estamos com muitos confrontos em várias regiões, especialmente nessas áreas de terras devolutas.

O mais interessante é como permanece o coronelismo nesse interior. O fazendeiro, ou tem relação com o dono do cartório, com não sei quem, dentro do governo, com o deputado x, com o deputado y e assim vai se mantendo essa estrutura no estado. Não existe vontade política de mexer nessa estrutura. Agora temos uma di-

retriz clara do governador Itamar, que determinou a arrecadação imediata dessas áreas para dar um destino e um fim social para elas. Mas ainda assim, esbarramos nas dificuldades da legislação.

Por último, vou falar de um programa nosso, que é a segurança alimentar e aí encerro dentro dessa configuração fundiária do Estado de Minas Gerais. Como eu disse, o nome é inadequado porque a segurança alimentar é muito mais abrangente, mas usamos até como forma de marketing. A última pesquisa que vi realizada pela UFMG, esses 158 assentamentos estavam tendo uma produção em média de 3,5 salários mínimos. Como pessoal nessas áreas estava sem nenhuma estrutura liberamos um crédito de 138 reais na primeira fase. O que são 138 reais por família? Não dá para nada. Foi até ridículo quando oferecemos o crédito, mas era o que podia ser feito naquele momento. A Cáritas brasileira em MG, foi nossa parceira na execução do programa. Fora do período das chuvas auxiliou esses 59 assentamentos (maior dificuldade em garantir alimentação), que no mapa são os verdinhos. Com 138 reais pegamos um assentamento com 50 famílias, multiplicamos 138x50 e tem-se o montante do recurso para o assentamento. O pessoal se organizou coletivamente. Comprou adubo e ferramentas, e fez uma horta coletiva ou um galinheiro ou um chiqueiro, enfim, começou a discutir a produção não para o excedente, mas para garantir a auto-sustentação dentro do acampamento. Ficamos impressionados com o resultado do programa. Todos que entraram no programa recusaram o crédito PRONAF do Governo Federal, porque se tornava inviável. É muito melhor pegar 138 reais a fundo perdido. Tem um folder aqui que vai detalhar melhor para vocês porque tem todos os resultados de produção e de compra de animais com esse programa de segurança alimentar.

Estamos indo agora para a fase dois do programa. Aumentamos os recursos para 400 reais graças à agilidade, como eu disse no início, de Dom Mauro Morelli e em especial do Secretário Manoel Costa, que conseguiu arrancar dinheiro do Estado, porque está difícil como disse o secretário com muita propriedade. Não falta recurso financeiro no Estado. Falta é projeto político bem embasado e construído com setores sociais como vocês estão fazendo. Na medida em que se tem essa relação da organização social com projetos bem concebidos, tenho certeza que terão recursos financeiros. Mas tem que haver essa mobilização da sociedade civil e dos bons projetos e das boas propostas para poder viabilizar.

# COMO PRODUZIR ALIMENTOS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

*Eugênio Ferrari\**

Vou começar a contar uma primeira experiência que é de um grupo de agricultores do município de Araponga. Vários agricultores parceiros, sem terra ou filhos de pequenos proprietários que viviam em situação assim, começaram a se juntar para comprar terra. Eles refletiram a Bíblia que liam e que tinha uma passagem que diz que você tem que repartir tudo com os irmãos. Eles então falaram: “não, nós não temos que repartir tudo, não temos que doar, nós temos é que comprar essas áreas”. Analisaram as experiências de reforma agrária, a luta dos sem terra e viram que para a situação específica daquele município o tipo de reforma agrária necessária não era o mesmo. Começaram a se juntar e a assentar famílias a partir desse processo de organização própria dos agricultores, praticamente sem nenhum apoio externo.

Há três anos conseguimos um recurso para um fundo rotativo que permitiu que aumentasse a capacidade deles em adquirir terras. Eu trouxe algumas fotos mas a impressão ficou muito ruim. Vou falar sem as fotos. Está dando para enxergar?

Esse aqui é um caminhão de mudanças encostado na casa e saindo. A ordem é essa mesma. Primeiro é a foto de cima de um agricultor que mora na cidade de Araponga e que está mudando para área que ele adquiriu agora. Esta foto foi tirada há um mês. A última aquisição de terras que esses agricultores fizeram, assentaram 27 famílias e compraram uma microbacia numa pequena fazenda na cidade de São Joaquim.

Eu gostaria de ressaltar esse aspecto porque uma das coisas que mais limitam a produção de alimentos e o desenvolvimento da agricultura familiar é a dificuldade do acesso à terra. Não é um problema só de áreas onde há os grandes latifúndios e as terras devolutas e improdutivas. Nós fizemos um estudo recentemente quando começamos a acompanhar esse grupo de agricultores que estavam adquirindo suas terras, e começamos

a trabalhar com eles incentivando-os a adotarem um sistema de produção que respeite mais o meio ambiente e que procure conservar os recursos naturais e aproveitar potencialidades que existem em cada lugar.

Nós falamos da agroecologia que é uma ciência que dá a base para a formulação de propostas técnicas de produção, visando à diversificação das culturas, adoção de técnicas de conservação dos solos, o consorciamento de culturas para evitar a erosão e o controle biológico de pragas. É um modelo de agricultura que busca conciliar o aprendizado, o conhecimento que o agricultor adquiriu durante muitos anos e durante gerações de contato com o meio rural em que ele vive. Ele tem um conhecimento muito precioso de como manejar aquele lugar onde ele trabalha e tem toda uma tradição de uso daqueles recursos.

A agroecologia busca compreender esses conhecimentos, e a relação desses agricultores com o meio onde eles vivem. A partir daí as inovações técnicas e o conhecimento científico para construir uma forma de produzir que se adapte melhor a cada lugar e a cada propriedade.

Nós estamos trabalhando com essas famílias na tentativa de introduzir essas inovações e construir essa maneira de produzir, respeitando o meio ambiente. Nós somos muito questionados às vezes no seguinte sentido: isso que vocês estão propondo é muito interessante, conserva os recursos, diminui a erosão. Mas é economicamente viável para sustentar essa família? Somos sempre questionados, inclusive pelos próprios agricultores.

Resolvemos então, este ano, fazer uma avaliação, uma comparação entre algumas famílias que já estão adotando há alguns anos esse sistema agroecológico e famílias que adotaram o sistema incentivado pelo Estado nos últimos vinte ou trinta anos. É um sistema que busca aumentar a produtividade das culturas, das criações, com o uso

\*Engenheiro Agrônomo, Coordenador do Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata – CTA-ZM.

intensivo de insumos químicos, de mecanização, de agrotóxicos, o que chamamos de Modelo da Revolução Verde. Então tem o modelo do Estado que vem procurando incentivar, que forneceu o crédito, desenvolveu pesquisas, ensinou a nós agrônomos nas universidades essas tecnologias e deu todo o suporte para que esse sistema moderno fosse adotado pelos agricultores. Nós tivemos até uma certa dificuldade. Como há um embate grande entre aqueles que estão adotando a agroecologia e os outros mais convencionais, nós tivemos dificuldade de achar um agricultor mais convencional, que produz café e que usa agrotóxicos, que se dispôs a dar informações para que pudéssemos fazer essa comparação. A solução que encontramos foi escolher uma família mais convencional que já estava com uma visão crítica, querendo mudar o seu sistema de produção, para fazer esse estudo. Na verdade nessa comunidade não tem os agricultores agroecológicos e os agricultores convencionais. Alguns já vêm colocando, há algum tempo, inovações em termos de conservação do solo, de organização da produção, e outros que estão nesse modelo incentivado pelo Estado. A pesquisa está no início, mas já tem alguns dados bastante interessantes.

A família 1 que está adotando esse sistema mais agroecológico e a 2 que é a mais convencional, são famílias bem parecidas. Estão ocupando a área mais ou menos ao mesmo tempo. Uma em 90, outra em 87. A área familiar 1, a mais agroecológica, tem 1,24 hectares com café e a outra tem 4,5 hectares. A 2 tem 13.000 pés de café e a outra tem mais ou menos 4.000. Quando nós começamos a fazer uma análise da renda dessas propriedades, vimos que a renda agrícola do produtor mais agroecológico, está em torno de 1.800 reais, obtida no ano. A outra é de 4.200, porque a área de café dele é muito maior. Mas quando você divide a renda agrícola que ele tem pela área que ele está trabalhando, você vai ver que a família mais agroecológica tem uma renda agrícola por hectare de 2.600 contra 948 da outra. E a renda agrícola total das duas é mais ou menos semelhante, em torno de 6.000 reais por ano. Quando se analisa a relação do custo de produção de uma proposta mais agroecológica com a produção que revela a autonomia do agricultor, isto é, quanto ele precisa investir para produzir. Vemos que a relação na família que adota a proposta mais agroecológica é muito menor. Ela tem uma autonomia muito maior em relação

ao meio externo e com menos recurso consegue gerar o mesmo tanto de renda. Do ponto de vista da produção de alimentos, além do café a família 2 está produzindo o feijão e o gado, e a família 1, produz uma imensidade de produtos, que são destinados tanto para o consumo da família quanto para a comercialização. Aqui um graficozinho para a gente ver a composição de renda das famílias. Em cima vocês podem ver a família que adota as propostas agroecológicas, aquela que tem uma renda bastante diversificada, com vários produtos que dá a essa família uma situação melhor de enfrentar um período, como estamos enfrentando agora, que é uma baixa no preço do café. Numa situação como esta, eles estão interessados em modificar o seu sistema, porque esse período a crise é muito grande. O custo de produção é muito elevado e aumenta a dependência do mercado de café para garantir a sua renda. Analisando ainda as mesmas 2 famílias: Qual a origem dos alimentos para consumo dessas famílias?

Na família 1, 3% dos alimentos que ela consome vem de fora, e o resto é produzido dentro da propriedade. Já a família 2 depende 30% de produtos que vem de fora. Olha que essa família aí, mais convencional que estamos chamando, não é o exemplo da família que adotou o pacote da revolução, que é uma família que está mais nesse campo. Se pegarmos outros, que se dedicam ao processo de monocultura, isso tende a ser mais agravante. “Desse grupo que fez a compra conjunta de terra, tem o agricultor João dos Santos, a Santinha, o Jesuel, a Thaís que é a menorzinha e a Dioliane. Eles têm 3 hectares de terra, que conseguiram adquirir nesse processo de compra conjunta. Quando o João começou a trabalhar nessa terra nova, começamos a experimentar e a desenvolver um sistema de produção que chamamos de sistema agroflorestal. Essa proposta técnica sugerida ao João, produzir junto com o café, frutíferas, e algumas árvores que iriam reciclar melhor os nutrientes e conservar o solo. João começou a implementar esse sistema de produção, essa agrossilvicultura. Um negócio completamente maluco, era um tanto de espécies que ele introduziu junto com o café. Essa foto aqui estava bem no começo, não está dando para ver direito. Ele introduziu uma série de espécies no meio do café, árvores para fazer adubação, para fazer reciclagem de nutrientes, e foi levando essa experiência. Chegou a um ponto que ele, mais seis agricultores

que estavam experimentando esta proposta, iniciaram o monitoramento dessa experiência. Eles foram acompanhando a mão de obra que gastava o que produzia, a cobertura do solo, e aí concluíram. Esse negócio que vocês propuseram não dá pé, tá conservando muito bem o solo, não tem erosão aqui na área, mas não estamos conseguindo produzir. Gastava um horror de mão de obra, e produzia muito pouco. Dispomos junto com ele a aportar naquilo que ele tinha observado que poderia dar certo. Como é que a gente poderia mudar aquela proposta para que ela se ajustasse a sua propriedade. Ele pegou o princípio daquela proposta, e ao invés de introduzir espécies exóticas, as árvores que tínhamos trazido, ele começou a manejar a própria vegetação que saía do meio da lavoura. Então ele percebeu que o capim gordura era uma ótima planta que poderia manejar. Ele roçava o capim, capinava só na carreira do café. Ia manejando aquela matéria orgânica. Fizemos uma análise no solo dele, e descobrimos que outras espécies herbáceas que surgiam iam melhorando o solo. Iam sucedendo outras espécies, e hoje eles têm um sistema de manejo que é de encher os olhos. Vê o quanto ele pode produzir. Esses são alguns dos produtos que encontramos na casa do João, ele tem café para consumo e comercialização, ele vende o café, é com esse dinheiro que faz os investimentos, compra de terras, ou construção da casa. Tem soja, onde ele faz farinha, leite de soja, bolinho, bife, faz a multi-mistura. Tomate, ele produz lá com uma certa quantidade. Esses são os principais que ele tem. Troca tomate por ovos, porque ele não cria galinhas, porque ele acha que galinha vai prejudicar o sistema dele, porque ela cisca demais, então ele não cria galinha. Troca o tomate por ovos e leite. Troca o tomate por urina de vaca, onde ele vai pulverizar a lavoura. A banana ele troca por manga e abacate, porque ele não tem manga e abacate. A uva ele consome muito e doa para os vizinhos e com essa doação, ele consegue outros favores quando ele precisa. A mandioca ele faz o polvilho, a farinha, e consome *in natura* e trata de porco. A batata, o cará, o inhame, ele faz mingau e intera o prato na falta de arroz e macarrão. Ele usa esses alimentos que são ricos em carboidratos. Com a cana ele faz a garapa, o melado e a rapadura. A cebola ele troca por esterco, troca por mel. O milho ele usa para fazer vários produtos. Só na horta do João levantamos vinte espécies que são produzidas.

Ele está manejando na propriedade 45 espécies de plantas medicinais que faz uso. Ele tem mais ou menos 80 espécies diferentes de plantas que está manejando em sua propriedade. Isso trouxe para nós uma grande reflexão sobre o papel desses agricultores na geração desse conhecimento que é necessário para descobrir como produzir os alimentos na quantidade necessária.

Para finalizar, eu poderia ter resumido esta minha palestra, nesta transparência que está aqui. Quais são as condições que inviabilizam a agricultura familiar hoje. Isto é, que inviabilizam uma produção de alimentos que garanta a segurança alimentar das populações que estão na zona rural e que estão na cidade. Eu levantaria, principalmente, esses pontos: primeiro, o difícil acesso à terra que é um problema já histórico. Segundo, a questão da má qualidade dos solos. Quando pensamos em segurança alimentar temos que pensar imediatamente na conservação dos recursos naturais. A segurança alimentar está diretamente relacionada com a conservação dos solos, a conservação das águas e a conservação da biodiversidade. Sem conservar esses recursos a SA está em “cheque”. Um outro problema que inviabiliza a agricultura familiar são as condições climáticas bastante adversas. A agricultura familiar historicamente está situada, isto é, está ocupando as piores áreas. Normalmente as áreas onde os solos são mais declivosos, mais amarradas, piores, é onde se localiza a agricultura familiar. As melhores áreas, as mais férteis, os vales e os rios estão nas mãos dos grandes proprietários. Isso faz com que a agricultura familiar enfrente uma dificuldade muito grande quanto à diversidade climática. Uma outra condição que inviabiliza, é a ausência de direitos sociais mínimos. Nos últimos anos o processo de êxodo rural foi ocasionado não só pela expulsão da população do campo, como também, pela atração que a cidade exerceu pela população rural. Às vezes por não se ter no meio rural os mínimos direitos sociais que garantam uma condição de cidadania para os agricultores. Uma outra condição é a ausência de infra-estrutura produtiva. Os agricultores não têm como fazer o armazenamento, o beneficiamento da sua produção. É necessário um grande apoio nessa área, porque isso inviabiliza muito o desenvolvimento da agricultura familiar. Outro fator é a concorrência desigual com os grandes produtores e com os exportadores. Essa

agricultura convencional baseada na grande propriedade, é uma agricultura que espolia o meio ambiente. Ela garante a sua alta produtividade às custas de uma extração muito grande dos recursos naturais.

O grande agricultor, com esse tipo de tecnologia, tem uma pequena margem de lucro, mas ele consegue uma renda maior porque tem um ganho grande na escala da produção. Então é uma concorrência muito desigual da agricultura familiar que maneja os recursos de uma forma muito mais complexa. Se computarmos a despesa que a sociedade tem com a perda dos solos e da biodiversidade, a diminuição dos mananciais hídricos e se cobrássemos isso dos produtores que produzem poluindo e degradando o meio ambiente, teríamos uma outra análise. Se fosse cobrado um imposto sobre essa grande produção, os agricultores familiares teriam muito mais condições de concorrerem no mercado. A história da importação é a seguinte. Para os agricultores americanos, para os agricultores europeus, seus governos garantem fortes subsídios. Hoje, o mercado livre na globalização é o seguinte: aqui no Brasil temos que entrar no mercado, entrar no mercado em que os agricultores lá são protegidos. A sua renda é garantida. É uma concorrência muito desleal. Por último, a questão da tecnologia inapropriada. Uma coisa fundamental hoje quando pensamos na agricultura familiar é a promoção da agroecologia enquanto uma base técnica de produção sustentável que vai garantir a produção de alimentos, o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar. É para nós hoje, uma questão central. Como vimos aqui a partir daquelas experiências que eu contei para vocês, quais seriam, estão as condições para favorecer a expansão da agroecologia e fazer com que ela se tornasse uma base técnica de produção mais importante? A primeira coisa é a geração do conhecimento. Está claro que não vão ser somente os pesquisadores enclausurados nas universidades que vão conseguir gerar o conhecimento necessário para que aumentemos a nossa produção de alimentos. É muito difícil gerar soluções universais. A tendência da tecnologia moderna é geral. Um pacote que seja adotado em larga escala. Para a agroecologia não é assim. Para você desenvolver a agroecologia você tem que desenvolver a partir da situação específica de cada lugar, de cada comunidade. De

uma face, disposição norte, onde o sol bate de um jeito, ou, disposição sul, que o sol bate de outro, é diferente. Que tem condições de solo específicas dentro de uma mesma propriedade que para você aproveitar melhor aquele recurso você tem que estruturar um sistema produtivo que aproveite aquelas potencialidades. Então não se têm uma solução universal e os agricultores tem um papel fundamental. Se eles não participarem desse processo de geração de conhecimento não vamos conseguir desenvolver um sistema de produção que seja realmente sustentável. Isso tem implicações na assistência técnica, na pesquisa que é feita na universidade, na formação dos profissionais.

Uma outra condição fundamental para ampliarmos a agroecologia é o financiamento dessa transição. Se utilizamos os recursos do PRONAF para a agricultura nessa perspectiva, teríamos um avanço enorme. Porque não são necessários muitos recursos. Com poucos recursos apoiamos esses agricultores nesse processo que estão vivendo na comunidade de São Joaquim, em Araponga. Eles vêm aumentando muito a sua produção, o seu nível de bem estar e estabilizando cada vez mais o seu sistema de produção. E como eu falei antes, é necessário apoiar um processo mais descentralizado de beneficiamento de comercialização. É interessante na comunidade de São Joaquim o trabalho que estamos fazendo na escola rural, de educação ambiental com os professores e com as crianças. Descobrimos que nessa comunidade onde tem tanto agricultor com essa experiência, tão interessante, falta merenda na escola. Conversamos várias vezes com o prefeito para ver o que poderíamos fazer para que os agricultores fornecessem os alimentos para a merenda escolar. Essa, inclusive, foi uma questão que eu já levantei no ano passado nas primeiras reuniões do CONSEA, e é uma dificuldade enorme que temos até hoje. O prefeito argumenta que tem que cumprir uma série de exigências de licitação e que isso traz dificuldade. Eu fico me perguntando como os agricultores de Araponga que tem uma produção tão grande, e tem sérios problemas de acesso ao mercado e dificuldades de vender aquilo que sobra na propriedade, falta merenda escolar.

Uma outra condição para que a agroecologia avance é a valorização do trabalho na agricultura familiar. Aqui deve ter muita gente da cidade que talvez não tem nem idéia do que significa esse

sistema de produção. O papel da agricultura familiar tem que ser muito valorizado na nossa sociedade. Não só o tipo de agricultores que garante historicamente a produção de alimentos no Brasil, como também os serviços que prestam conservando os recursos genéticos, o solo etc. Esse papel estratégico que a agricultura familiar desempenha tem que ser valorizado para que possamos avançar nesse processo. Por último, é necessário um apoio especial naqueles setores dos mais favorecidos. Numa região como a Zona da Mata, com pouco tempo e um apoio pequeno e bem direcionado conseguimos fazer com que os agricultores avançassem. Já em outras regiões, como o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas, as dificuldades que os agricultores vivem são tão grandes que são impedidos

de desenvolverem um papel fundamental na geração de conhecimento. Como eles vão ficar pesquisando e desenvolvendo tecnologias se eles não conseguem produzir o mínimo para o sustento de sua família? Então tem áreas que precisamos dar mais apoio. Isto que é um pouco diferente do que pensa a estratégia discutida no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural sobre o desenvolvimento para o campo. Eles pensam que os setores mais marginalizados da agricultura familiar são inviáveis e não vale a pena investir ali. Deve-se investir nos setores que estão mais integrados ao mercado e que são mais viáveis economicamente.

A idéia que eu quis trazer para vocês é essa. Estou à disposição para o debate e desculpem pelo prolongamento.

## DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E A GARANTIA DE ACESSO AOS ALIMENTOS

*Flávio Luiz S. Valente\**

O tema que vou abordar hoje é um tema com o qual eu venho trabalhando há muito tempo. Entendo que a questão da alimentação e nutrição foi sempre tratada no nosso país de forma técnica demais, com destaque para a questão biológica. Falava-se da questão da desnutrição, como se fosse quase uma doença a ser tratada pelos profissionais da área de saúde. Então, no outro extremo tratava-se como um problema exclusivamente social. A polaridade entre esses dois extremos dificultou durante muito tempo a discussão sobre políticas que pudessem ser abrangentes o suficiente para tratar o tema de uma forma séria. Alimentação e nutrição, e dentro do Fórum Brasileiro tem sido esta nossa grande discussão, o conceitual sobre alimentação e nutrição são muito mais que o acesso a nutrientes, ou seja, cálcio, fósforo, e as essas coisas que ouvimos falar. Quando comemos, não comemos cálcio, não comemos ferro, não comemos nutrientes, comemos comida, e comida que é preparada com afeto, dentro de um aspecto social, em comunhão com a sociedade, com a família, que a vivemos. Por isso mesmo, alimentação não é meramente produção agrícola, apesar de ser fundamental toda produção agrícola. Alimentação e nutrição são uma interação entre o alimento e o ser humano para a construção de gente, construção de cidadãos, então quando nós falamos de alimentação não falamos de qualquer coisa na boca. Estamos falando de uma relação de respeito, de uma relação de respeito com a natureza, ou seja, estamos produzindo uma pessoa, ou estamos ajudando outras pessoas a se produzirem enquanto seres humanos. Então não podemos comer qualquer besteira. Temos que ter informações para sabermos optar sobre o que queremos ou não queremos comer. Por isso mesmo existe uma interação tão grande entre a questão dos direitos humanos e a questão da alimentação. Então

quando estamos falando da alimentação, estamos falando da questão química, biológica, até de uma questão espiritual, cultural, psicológica. Todo mundo aqui sabe que comemos não somente quando estamos com fome física. Comemos quando estamos com vontade de encontrar gente também, ou às vezes quando estamos psicologicamente ansiosos ou coisas desse tipo. Alimentação está intimamente ligada à natureza humana. Talvez seja uma das coisas que mais refletem no longo período de construção da sociedade, e de construção de uma rica e complexa relação entre o ser humano e a natureza.

A fome tem que ser trabalhada com a perspectiva de uma alimentação saudável. Se para combater a fome se for qualquer coisa serve, pode-se comer qualquer coisa, e se for por outro lado, tem pessoas que comem bem, então não precisamos preocupar com elas, não estaremos garantindo a segurança alimentar. O direito humano, a alimentação e informação, é de todas as pessoas, sejam elas pobres sejam elas ricas, e temos que tratar essas diferenças informando a todos as possibilidades. O que acontece hoje, antes falava-se que tinha doenças dos ricos e doenças dos pobres. Ricos tinham doenças cardíacas, hipertensão e pobre tinha desnutrição, anemia. Hoje em dia está se comprovando o seguinte: as doenças tanto de um tipo quanto de outro, estão muito mais frequentes e prevalentes nas classes populares do que essa divisão pensada anteriormente, inclusive criança desnutrida na idade terna, precoce, seja no útero da mãe ou nos primeiros dois anos de vida. Elas têm muito mais chances de ter doenças crônicas, degenerativas ou não transmissíveis como é o caso da diabete, da pressão alta, das doenças coronárias e tudo mais do que crianças que foram bem alimentadas na sua infância. Quando falamos de bem alimentadas, falamos de alimentação como uma coisa íntegra.

\*Médico, Mestre em Nutrição em Serviço Público, Membro da Coordenação do FBSANS.

Alimentar não significa só enfiar comida pela boca, significa alimentar com carinho, com cuidado, um alimento bem preparado. Sabemos que crianças desnutridas que são alimentadas de forma não saudável, ou seja, sem carinho, sem aconchego, também não conseguem se recuperar adequadamente.

É fundamental a relação de amor e de carinho de troca e de cuidado com as crianças para que realmente elas se recuperem de quadros de desnutrição alimentar. Não é uma coisa exclusivamente física, química, é uma questão de humanidade, é uma questão de construção da humanidade. Isso é uma visão que encaixa muito com a visão que chamamos de direitos humanos, como foi falado anteriormente, é uma das características básicas dos direitos humanos a indivisibilidade dos direitos, que vamos voltar a falar um pouquinho para frente. Os direitos humanos não surgiram agora, a declaração universal dos direitos humanos foi assinada em 1948, mas a luta para que houvesse um direito de todos os seres humanos, ou seja, tratamento igual com todos é uma luta que vem sendo travada pela humanidade há milênios e as conquistas foram sendo conseguidas pouco a pouco. Muitas vezes me perguntam, porque se fala de direitos humanos e não de direitos? No Brasil falamos muito em direitos sociais. Qual a diferença entre direitos e direitos humanos? Aqui estamos falando, direito a propriedade privada é um direito, não necessariamente é um direito humano. O direito a propriedade privada é um direito expresso dentro de uma legislação específica. Agora o direito humano à vida é um direito de todos os cidadãos. Um cara que tem uma propriedade privada não pode privar o outro da sobrevivência, mesmo que seja dono daquele pedaço de terra por exemplo. O direito humano é um direito que é universal, de certa forma ela paira pouco acima da legislação de cada país, da legislação estadual, municipal. Isso não quer dizer que ele não tem que ser traduzido nas nossas legislações, mas mesmo que não esteja traduzido, é universal. Porque? Porque a humanidade aceitou isso. É uma questão social, uma questão de acordo, de pacto social de toda a humanidade. É uma legislação que está acima das nossas legislações nacionais. Existem alguns países que não aceitam essas legislações, como é o caso, por exemplo, do próprio Estados Unidos, que não assinaram até hoje algumas das convenções, inclusive a convenção da criança. É o único país do mundo que não assinou essa

convenção. De qualquer forma se as crianças dos Estados Unidos entrarem na justiça internacional elas têm os direitos da criança mesmo que os EUA não reconheçam. A mesma coisa vale para nós. É lógico que vale mais se ele estiver traduzido dentro da nossa legislação. Hoje nós temos várias legislações, mas essas legislações não necessariamente valem.

Porque aqui no Brasil tem aquela história de que tem lei que não pega. Na realidade a lei não pega quando nós não cobramos e os instrumentos não estão verdadeiramente disponíveis para nós. Todo o processo da discussão da legislação de direitos humanos no Brasil vem sendo garantido pela grande luta que o povo brasileiro vem fazendo, especialmente nesses últimos 30 anos. Desde a década de 70 quando começou a resistência mais forte ao governo militar, as pequenas conquistas foram sendo conseguidas, seja pelo movimento sindical, seja pela anistia política, depois pela liberdade de escolha do presidente da República, quando das eleições diretas, e assim nós fomos reconquistando os direitos que já estavam previstos na nossa Constituição anteriormente e que tinham sido perdidos. Estavam previstos na legislação internacional, ou seja, não há como aceitar a legislação só porque ela existe. Nós temos que ser capazes de fazê-la funcionar. Esse é o papel dessa conquista que nós temos aqui, reunindo quase 500 pessoas do Estado todo, para dizer que todos os seres humanos, só por ser humano, só por nascer humano, têm o direito de se alimentar e de alimentar a sua família. Isso é um direito humano indivisível. Porque indivisível? Porque os escravos têm direitos de alimentar e alimentar seus irmãos, mas ele não tem o direito humano à alimentação porque a escravidão é uma violação do direito humano, então não há como atender parte do direito. Tem que atender o direito na sua integridade, ser humano para ser humano, não só precisa ter o direito à alimentação, ele precisa ter o direito humano à alimentação ou seja, ele tem que ser tratado com dignidade ele não pode ser discriminado, ele não pode ter nenhum dos seus direitos violentados, ou violado, essa é a que a gente chama de indivisibilidade dos direitos, isso é diferente do direito puro e simples, você pode ter um direito e pode estar todos os outros violados, a gente tem direito a palavra no Brasil, não necessariamente os outros direitos estão sendo garantidos. Por exemplo, as populações excluídas não têm garantido que esse direito seja um direito humano,

apesar dele ter cara de direito humano. Não podemos barganhar com o direito. Em troca disso nós damos isso, ou seja, em troca do direito à alimentação você vote em mim, isso já não é direito humano. Os direitos quando foram firmados em 1948, não foram trabalhados em como serem operacionalizados. É o que vem sendo feito nos últimos 50 anos pela comunidade internacional. Uma coisa a ser dita, isso tem que ser feito, a outra é dizer como vai ser feito. Dentro dessa perspectiva já existem alguns avanços significativos que eu acho que a gente poderia partilhar com vocês que vão ser muito importantes para o trabalho, no dia a dia, seja a nível local, estadual e a nível federal. O que é a legislação internacional de direitos? Foi assinada pelos chefes de estados e governos em nome dos povos, ou seja, é um acordo, um pacto feito entre todos os presidentes e os chefes de estados, dizendo que todos os seres humanos têm direitos iguais, porque eles são nascidos. Ao assinar esse pacto, o estado, essas sociedades organizadas em estado se comprometeram a fazer quatro grandes níveis de obrigações. O primeiro deles é respeitar o direito humano das pessoas, usando um direito, por exemplo, a alimentação é uma obrigação de uma sociedade organizada em estado respeitar o direito das pessoas produzirem o seu próprio alimento ou respeitar o direito das pessoas ganharem o seu dinheiro para se alimentarem no fim do mês. Uma política de criar barragens que desloca populações enormes para um lugar longe, onde não conseguem produzir esses alimentos. Os direitos estão sendo violados frontalmente. Esse é um caso que acontece com muitas comunidades. Uma política nacional que gera desemprego de uma hora para outra, é uma violação frontal do direito do trabalhador de ter o seu trabalho. Na realidade algumas legislações que estão no Congresso atualmente, propõem a flexibilização da CLT. Certamente poderiam ser consideradas uma violação direta dos direitos humanos a alimentação se ela for implantada. Em março estava vindo para o Brasil Jean Ziegler, que é o relator especial do direito humano à alimentação da ONU. Nós estamos pensando em levantar um caso de violação com relação a esta questão. Não é só com políticas positivas que se viola o direito, com políticas negativas com retirada de direitos também. E aí nós temos que falar de uma segunda obrigação que é proteger os direitos. A sociedade tem que criar mecanismos de proteção. Qual é o mecanismo de proteção? A

vigilância nutricional, por exemplo: SISVAN é um mecanismo de proteção da população. Medindo e pesando as crianças você sabe se elas estão com risco ou não de ficarem desnutridas. Se você não faz aquela medida você está violando o direito daquelas crianças, porque você não está acompanhando, então você não sabe o que está acontecendo. A sociedade tem obrigação de ter esses mecanismos de vigilância. A sociedade tem a obrigação de proteger os mananciais de água, os rios e os mares, da poluição. Vocês acompanharam o caso da Baía da Guanabara recentemente, vários derrames de óleo. O que acontece quando tem um derrame de óleo na Baía de Guanabara? Morrem todos os peixes. Toda a comunidade de pescadores em volta da Baía é imediatamente prejudicada não só na sua alimentação que não pode mais comer, prejudicando sua sobrevivência. Portanto, há uma violação clara do direito humano porque não foi protegido. Além de punir a Petrobrás, o correto seria que a gente punisse o IBAMA também, porque não fez a fiscalização correta. Seria obrigação do IBAMA fazer a fiscalização para que isso não acontecesse ou outros órgãos de fiscalização para observar se os navios estão ou não com vazamento de óleos no seus tanques.

Um outro nível que é fundamental, é o nível de promoção. Promoção inclui todas as áreas de políticas públicas que a gente está discutindo aqui, por exemplo, a área de reforma agrária é uma política de promoção da inserção de pessoas pra que elas possam ter condições de produzir a sua própria alimentação, tanto para ela, como para população urbana. A mesma coisa são programas dirigidos ao apoio ao desenvolvimento da criança. Merenda escolar também é um programa de promoção. E finalmente, e aí que é a grande confusão, e sempre se fala só dessa última parte. O Estado é obrigado sim, por legislação internacional, a suprir alimentos em situações de emergência, quais são, por exemplo, seca, enchente, períodos de transição numa reforma agrária, quando famílias são colocadas no assentamento e não tem condições de produzir. O Estado tem obrigação de prover um tampão nesse período, a forma de prover ou não, isso é uma coisa a ser discutida, mas as famílias têm o direito de ter acesso a essa alimentação. Quando a gente discute alimentação no Brasil, geralmente só se fala em alimentação nessa última questão, como se fosse garantir alimento a quem está passando fome agudamente. Não se discute que a obrigação do

Estado e da sociedade não é só em relação a organização, mas é em todos os outros, e se você fizer todos os outros, cada vez menos você precisa fazer esse último. O problema é que muitas vezes se limita a fazer só este último, ou seja, só garantir a realização e não dentro de uma perspectiva de direitos humanos. O que eu gostaria de ressaltar e que nós estamos num momento da sociedade brasileira muito rica. Acho que nós perdemos um pouco da nossa esperança, porque perdemos a noção do que conseguimos nesses últimos 30 anos no Brasil. O nível de democratização da sociedade que impusemos, porque isso daqui foi conquista nas ruas, mesmo que não seja o ideal, é uma conquista da sociedade brasileira. As várias etapas que nós conquistamos, a nova constituição, as eleições diretas, o impeachment do ex-presidente Collor, e a continuidade do processo de limpeza no Congresso, forçado, porque pela externa, contribui para um Brasil diferente. Não estamos satisfeitos ainda. Acho que a gente tem muito a fazer, como foi levantado aqui, os conselhos que nós criamos, ou seja, foi a sociedade civil que propôs a criação dos conselhos municipal de educação, municipal de saúde, tutelar da criança e do adolescente. Mas nós da sociedade civil temos dificuldades de preencher estes espaços com pessoas preparadas para disputar esse espaço, e o Estado não tem interesse em ajudar a formação que seria uma obrigação pública, porque não é obrigação exclusivamente da sociedade se preparar para enfrentar. Isso é uma função pública, que a sociedade está fazendo e, portanto, deveria ser com recursos públicos que as pessoas deveriam ser capacitadas. Ora, nós vamos ter que lutar para que isso aconteça. Enquanto não acontece, nós vamos ter que nos capacitar, e é isso que o Fórum Brasileiro está tentando fazer junto com alguns parceiros. Esse trabalho que a gente está fazendo aqui é um trabalho de capacitação, é um trabalho de formação de conselheiros. Pessoas que vão trabalhar com o governo para não deixar ser enganados pelo poder. Na realidade o que quer dizer direitos humanos no fundo, no fundo, é a gente dizer o seguinte, a gente tem que se proteger contra o estado que tem o poder, e os direitos humanos são na realidade armas que o cidadão, os grupos, as comunidades têm para se proteger contra o poder do estado, usado de forma incorreta. A gente tem que exigir que o poder da sociedade organizada seja usado a favor da maioria e não contra a maioria. É fácil fazer isto. Vocês sabem muito bem

que um dos instrumentos mais fortes que nós temos hoje no Brasil, é o Ministério Público e o outro é o próprio ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, com os conselhos tutelares, por exemplo. Com todas as possíveis polêmicas que possam ter em relação a isto, é um instrumento fortíssimo de defesa das crianças e dos adolescentes. Criança é criança, independentemente de ser marginal, pobre, de ter sido forçado a entrar em uso de drogas, continuam sendo seres humanos em formação, e certamente não serão formadas, sendo chamadas de menores infratores ou sendo chamada de pivete, sendo colocadas em prisões onde ele aprende a ser criminoso com criminosos, muitas vezes com a própria polícia. Logicamente direitos humanos é isso tudo que estamos falando aqui e a luta pela democratização. Eu vou ler um trechinho da declaração universal dos direitos humanos que é fundamental para termos noção da história. Muita gente diz, direitos humanos é uma responsabilidade exclusiva do estado, o estado é que tem que implantar os direitos etc. Vejam que na época que foi escrita ela diz o seguinte:

“Como ideal comum a ser atingido por todos os povos, e todas as nações, com o objetivo que cada nação e cada órgão da sociedade tenha sempre em mente essa declaração, se esforce através do ensino, da educação por promover e respeitar esses direitos e liberdade, e pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional para segurar o seu reconhecimento e sua observância universal e efetiva, tanto com outros povos e com as outras nações, ou seja, a responsabilidade pela criação de uma consciência de direitos humanos não só do estado mas de todos os atores sociais”. Temos que incorporar isso na nossa vida diária, nós temos que superar aqueles adágios populares que a gente ouve muito, tais como, os fins justificam os meios, se nós usamos os mesmos meios que foram usados por outros tipos de governo para fazer as coisas que a gente acredita, certamente nós vamos estar atingindo os mesmos fins que eles atingiram, ou seja, a desestruturação da sociedade, a desestruturação do ser humano. A nossa prática de construção do mundo tem que ser coerente e correspondente ao mundo que a gente quer criar. Temos que começar a criar isso hoje, porque só hoje que a gente cria, amanhã a gente vai estar criando de novo, ontem não podemos mais. Então é só hoje que a gente cria essa consciência de direito.

A declaração internacional dos direitos humanos, no artigo XXV(25), diz o seguinte, depois de falar da liberdade de expressão, de ser contra tudo isso:

“Toda pessoa tem direito de vida suficiente, para assegurar a sua família, a saúde e o bem estar principalmente quanto à alimentação, vestuário, alojamento, assistência médica, e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança do desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice, ou noutros casos de perdas de meios de subsistência, por circunstâncias, independentes da vontade”. Vejam bem que a declaração se divide em dois campos, primeiro que a pessoa tem direito a sobreviver e a ter um nível de vida adequado. Isto se faz com políticas públicas e através de uma organização da sociedade que promova a inserção e a cidadania de todos. A segunda parte que fala da proteção contra momentos de crise. Estamos trabalhando com dois grandes componentes em toda declaração dos direitos humanos. Eu vou falar sobre as questões das violações. Qual a grande diferença de falarmos em direitos humanos, e falarmos em direitos em geral. Toda vez que falamos em direitos humanos, falamos de direito que uma pessoa, um grupo ou uma categoria tem. Existe alguém que você pode cobrar esse direito. Sempre existe quem tem o direito, e quem deve ser responsabilizado. Pode ser uma série de pessoas ou uma série de instituições a serem responsabilizadas. O mais importante dentro dessa perspectiva é criar os mecanismos para se fazer esses direitos serem realizados. Dentro do ECA, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, os conselhos tutelares e as promotorias de justiça da Criança e do adolescente são efetivamente os instrumentos. Só que grande parte das crianças, grande parte das famílias, grande parte da população e mesmo grande parte das ONG e da sociedade civil e do governo não sabem da existência desses mecanismos. Então as crianças acabam não sendo beneficiadas por esses direitos, não porque eles não existem, não porque não existem os instrumentos, mas porque elas não estão informadas. É uma questão fundamental para sobrevivência de muitas crianças. Nós temos vivido situações trágicas em alguns lugares do Brasil. Conheci um caso que o casal, pai de família, que tinha três filhos, os três desnutridos e os pais eram alcoólatras. Descobrimos que eles estavam vendendo o leite do ICCN para o padeiro, e

trocando por cachaça. Nós fomos falar com a promotora de justiça daquele município e a decisão dela gerou jurisprudência, porque ela internou os pais para tratamento de alcoolismo, prendeu o padeiro, e botou as crianças num lar adotivo enquanto os pais estavam sendo tratados, com direito a visitar as crianças. Isso é promover os direitos de uma forma que não pune quem tradicionalmente é punido. Um caso antigo, os pais iam ser levados para polícia, presos, as crianças iam ser jogadas na FEBEM, e o padeiro continuava vendendo cachaça para quem quisesse. Estamos falando de uma realidade em que a gente começa a trabalhar com cada um sendo tratado pela sua responsabilidade específica. Alcoolismo é uma doença e certamente uma doença social, especialmente nas condições que a grande maioria das pessoas vivem nesse mundo, sobretudo as pessoas mais pobres. Para implementação dos direitos tem que deixar algumas coisas bem claras. Primeiro, tem que ter disponibilização de informações claras para todo mundo. Isto é uma obrigação, tanto do setor público, tanto do setor privado e da sociedade civil informar as pessoas sobre os seus direitos. Por exemplo, vocês sabem que as certidões de nascimento são gratuitas, por lei, por constituição. No entanto, os cartórios continuam cobrando. Por quê? Porque nós não fizemos nada contra isso. O dia em que todas as entidades, o governo e todo mundo resolver que vai fazer de graça, isso vai mudar. Em alguns estados já foram encontradas essas formas. Tem estado onde 70 a 80% das crianças chegam a um ano de idade sem serem registradas, porque não tem condições de pagar as certidões de nascimento.

A segunda é a identificação do portador do direito. No caso da criança ela é a portadora mas como não tem condições de fazer isso, quem tem obrigação de fazer por ela são os pais. Agora nós podemos exigir que os pais tenham condições sozinhos de registrar seus filhos numa cidade onde o cartório é propriedade do prefeito ou do delegado? Então, apoiaremos essas famílias nessa luta para garantir o registro de seus filhos, ou eles vão continuar sem serem registrados. Isso é fundamental num trabalho de solidariedade da sociedade civil, da igreja e de outros organismos, e até dos promotores de justiça.

Há municípios que só registram as crianças gratuitamente quando os pais vão acompanhados com o promotor de justiça do Ministério

Público. Tem lugares em que todas as crianças são registradas gratuitamente porque já se criou uma massa crítica, onde sabem que, se não registrarem terão problemas com a justiça. A lei existe igualmente para todo mundo. O sol nasce para todos. Porém os seres humanos criaram cercas e temos que derrubar essas cercas. Elas não vão cair sozinhas. Como dizia o Betinho “o que mata a gente de fome não é a seca, é a cerca”.

Para a correção das violações temos que identificar o que pode ser feito no nível individual e o que pode ser feito no nível grupal. O que pode ser feito no nível de comunidade e no nível de grupos maiores. Para finalizar, a Cúpula Mundial da Alimentação de 1996, retomou a questão do direito humano como sendo uma coisa fundamental na área de segurança alimentar ou seja, as políticas públicas, de segurança alimentar, são feitas para promover o direito humano e direito à alimentação para todos. No ano de 2000, o alto comissariado de direitos humanos criou um comentário geral número 12, onde ele define uma estratégia para se chegar numa construção de uma política pública, participativa e que, defina como eixo prioritário o desenvolvimento humano sustentável. Hoje, está se trabalhando com perspectiva dos direitos humanos, vários organismos da

ONU, especialmente a UNICEF. O governo brasileiro começa a ter que adotar isso por pressão inclusive do movimento social. A política de alimentação, começa a ser trabalhada na linha de direitos humanos, inclusive começando a acontecer alguma capacitação na área de direitos humanos, com programa de saúde da família. É a primeira vez que vai se fazer isso no Brasil. Acho que vai ser um avanço, especialmente se tratando do programa que tem acesso a maior parte das casas. A própria pastoral já vem adotando neste últimos tempos, os direitos, como uma das linhas de trabalho. Às vezes, criança é tratada como um objeto. Direitos humanos não existe alvo, o que existe são sujeitos. Todos os seres humanos têm que ser sujeitos nos seus direitos. Na perspectiva de necessidade, trabalhamos com metas. Metas que são geralmente parciais. Queremos reduzir a fome em 50%. Nos direitos humanos, não existem metas parciais. Cada ser humano é um ser que tem os mesmos direitos que todos os outros. Como é que vamos escolher quais são os 50% que vão nos salvar? Quais são os 50% que não vamos salvar? As metas têm que ser universais e globais. Mesmo que nós entendamos que não possamos atingir isso, a nossa meta tem que ser essa!

## DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E A GARANTIA DE ACESSO AOS ALIMENTOS

---

*Maria Regina Nabuco\**

Eu vou fazer essa abordagem que de certa forma mostra a necessidade de programa de segurança alimentar. O Flávio Valente já fez esse caminho para mim com a questão dos direitos humanos, direitos fundamentais. Depois eu vou exemplificar com algumas políticas mais específicas desenvolvidas em Belo Horizonte. Também, eu vou dizer quais são as principais soluções que nós acreditamos, embora sejam diferenciadas por regiões, por municípios, por país. Nós acreditamos que há uma similitude, alguns eixos básicos que informam as ações da sociedade civil e as ações dos servidores públicos que trabalham com essa área de política social.

A primeira questão que eu devo mencionar é que as práticas mais freqüentes, as mais conhecidas, as mais bem trabalhadas, estão sendo desenvolvidas ainda em nível local. Isso em parte é uma solução, e em parte é um problema. Em primeiro lugar, talvez vocês sabem até melhor do que eu, vocês vêm das mais diferentes regiões do Estado de Minas Gerais, dos mais diferentes municípios.

Hoje a descentralização das políticas públicas, conjugada com uma maior organização da sociedade civil, tem trazido o cerne das políticas sociais para o nível municipal. Isso é bom porque ali estão as pessoas que sabem dos seus principais problemas e podem apontar, também, para as melhores soluções, havendo uma maior possibilidade da transparência e do chamado controle social. Por outro lado, por essas práticas serem desenvolvidas no município, elas perdem em sinergia, elas perdem capacidade reprodutiva de município de uns para os outros, e perdem também uma capacidade aglomerativa e, principalmente, a pequena produção agroalimentar. Nós sabemos que nesse sentido essas políticas ultrapassam fortemente o nível local, passando por uma abrangência regional, uma abrangência territorial mais ampla. O ambiente de uma certa homogeneidade de uma

produção agrícola, não se restringe ao município. A produção do café mineiro, que significa quase metade do café brasileiro, nós sabemos onde ela está, a rota que ela traçou do século dezenove até agora, Zona da Mata, Sul e essa subida para o Sudoeste. Há uma questão que nos diz que as políticas de combate à fome ou de segurança alimentar, desde que estão indissolivelmente ligadas à questão da produção alimentar e da circulação dos alimentos, ela tem por isto um dos fatores, que nós explicamos a necessidade dessa composição maior.

Do ponto de vista do problema que essas restrições que a política de segurança alimentar ainda mantém, mesmo hoje com o Conselho de Segurança Alimentar em Minas Gerais, de isolamento uma das outras, talvez seja isso uma das questões que esse fórum deva levantar, porque é preciso um eixo articulador de política de segurança alimentar. Claro que eu acho que isto falta a nível de Governo Federal, onde deveria ter uma articulação, uma nucleação maior dessas políticas.

Hoje a linguagem moderna dessas políticas devem ser sistêmicas. Ela envolve desde o cidadão que não tem qualquer acesso à alimentação, porque ele não tem renda, ele está desempregado, àquele que tem emprego e renda, mas não tem renda suficiente para ter uma alimentação adequada. Até mesmo aquele que tem renda adequada para comprar uma cesta básica diversificada para sua família. Porque o problema do preço alto, preço baixo, distancia dos serviços públicos e privados a venda de alimentos a todos os cidadãos que têm a preocupação com a autonomia, com a produção de alimentos. Mas um Brasil com essa dimensão territorial, é inacreditável que as pessoas aqui ainda possam passar fome, e também aquelas pessoas que estão preocupadas fundamentalmente com a questão

---

\*Economista, Professora do Curso de Pós-Graduação em Gestão das Cidades, PUC-MG.

ambiental, a sustentabilidade da produção agrícola. Então, é importante que todas essas partes que compõem a questão da segurança alimentar estejam articuladas no sentido dinâmico da palavra. É aquele quadro parado, estático onde se põe segurança alimentar, põe aqui consumidor, põe aqui produtor, é uma articulação dinâmica.

Do ponto de vista das políticas públicas, e não é só da segurança alimentar mas de todas as políticas de saúde, educação e geração de emprego e renda, talvez seja essa que eu conheça melhor. Aquelas políticas públicas que tinham um objetivo mais amplo, política de desenvolvimento do Jequitinhonha, do Triângulo Mineiro, do Sul de Minas, da Amazônia, do Nordeste brasileiro, do Sudeste, política para ampliação da fronteira agrícola. Essas políticas, evidentemente, trouxeram vários benefícios mas, hoje, elas são muito criticadas. Criticadas principalmente pelas populações que são alvo dessas políticas. A idéia, por exemplo, que é muito pertinente de levar uma indústria grande para aquela região porque ela seria capaz de polarizar o desenvolvimento econômico, e do desenvolvimento econômico ocorreria o desenvolvimento social, isso não aconteceu, eu diria, em 90% dos casos. Para o Nordeste, se é que industrializou algumas cidades mais importantes, os benefícios sociais não foram ampliados no mesmo ritmo dos benefícios econômicos.

Nós temos um caso extremamente recente aqui em Minas Gerais que eu vou usar como algo demonstrativo, que foi a vinda da Mercedes Benz para Juiz de Fora, onde se imaginava que a Zona da Mata pudesse recuperar todo aquele apogeu industrial anterior, sendo que na verdade foram criados em torno de 1500 empregos diretos e indiretos. A renda de uma maneira geral não foi crescida. Houve uma série de problemas que vocês conhecem tão bem quanto eu. Grande parte dos fornecedores de peças e componentes vem do estrangeiro. Elas são trazidas por essa capacidade mobilizadora do transporte financeiro que a globalização trouxe. Então, essas políticas já não são tidas como favoráveis do ponto de vista social. É o que hoje se discute, e não é uma discussão brasileira, é uma discussão mundial e que ocorre em países muito desenvolvidos como os Estados Unidos, países grandes e terri-

torialmente importantes. Com essa experiência da Itália e da Espanha, como tem sido a experiência de países pequenos que ao verificar que essas indústrias matrizes não geram benefícios para a população, passaram a entender que era preciso que aquela localidade, aquele conjunto pequeno de municípios ou uma visão microrregional, é que levassem a possibilidade ou o cardápio, o elenco de programas e de projetos de desenvolvimento. É por isso que se criavam as ações comunitárias locais, as agências de desenvolvimento local. Então, essas novas apostas que as comunidades organizadas de uma região que conhecem a cultura, a variável econômica já não é mais importante para o desenvolvimento.

Hoje se acredita mais que o desenvolvimento econômico venha antes, e o social venha depois como consequência. A eficiência econômica nós estamos certíssimos de que ela não está junto com a eficácia social. Não que vamos abandonar a idéia de crescimento mas, esse desenvolvimento que hoje nós brasileiros queremos, é trazer juntas as duas questões, a questão social e a questão econômica. É por isso que se criam essas comissões municipais, os conselhos municipais, para apresentarem projetos, programas de solução.

É preciso antes de qualquer prática de política de segurança alimentar, que a sociedade conheça, como o Flávio Valente mencionou, que as pessoas tenham direito a uma alimentação adequada, de bom preço. É preciso conselhos representativos identificados com as questões de segurança alimentar e, conseqüentemente, que a sociedade demande políticas públicas, quer do município, quer do governo do estado, quer do legislativo, quer do governo federal, no sentido de resolver os problemas de alimentação, de desnutrição, de produção agrícola, de propriedade da terra e de qualidade dos alimentos que são características essenciais para a segurança alimentar.

Eu não conheço quadro estadual que nos pudesse mostrar mas, sei que ele existe. O Edmar me falou que foi levantado esse diagnóstico, nos municípios, através de departamentos, secretarias, empresas públicas ou organizações não governamentais.

Eu vou passar algumas transparências resgatando um pouco da história da primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Vários de vocês devem ter tido conhecimento e participado desta Conferência. Ela foi promovida pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, e também pelo CONSEA, que naquele momento, em 1994, era presidido por Dom Mauro Morelli.

Esse evento reuniu cerca de dois mil delegados, representantes da sociedade civil e membros do governo, com a proposta de implantar uma política nacional de segurança alimentar nutricional em nosso país. Infelizmente, essa proposta foi inviabilizada pelo governo atual. Para resgatar essa proposta e essa possibilidade, no meu entender é o principal propósito de estarmos aqui reunidos.

Nós, do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, e do Fórum Mineiro, continuamos nessa luta, esperando que consigamos avançar nessa possibilidade que é a possibilidade que a gente acredita que seja a estratégia viável de combate à fome. Naquela conferência algumas questões consensuais foram registradas e já se percebia que as condições e requisitos para a segurança alimentar dependeriam da compreensão, e da ampliação de um conceito de segurança alimentar. Esse conceito, ainda em construção, precisa continuamente ser reconstruído porque vai ser diretamente afetado por todos os fenômenos econômicos, sociais, políticos e culturais que acompanham a modernidade. Mais é muito importante que todos nós saíamos daqui com a compreensão desse conceito até aonde ele foi construído para que a gente possa dar também nossa contribuição nessa construção.

Naquele momento já vivíamos no contexto da globalização excludente, mas ele ainda não

havia mostrado todas as suas garras. E aí, quero adiantar uma questão fundamental. Penso que se não houver uma revisão do modelo econômico globalizante, onde as grandes potências devoram as pequenas, vamos ter muita dificuldade de implementar uma política nacional e local, de segurança alimentar. Penso que este modelo econômico em que vivemos no momento, é um dos maiores, se não o maior dificultador da segurança alimentar em nosso país.

A Conferência defendeu também a necessidade de pensarmos em propostas estruturais, além das emergenciais, porque aquelas ajudam num primeiro momento, mas não dão condições e garantia, para que as pessoas estejam em segurança alimentar, quanto a questão da cidadania e da democracia.

A grande discussão é sobre o papel da sociedade civil. Ela deve assessorar os governos, ou apenas exercer o controle social sobre o Estado. Será possível acumular estas duas funções sem prejuízo para nenhuma delas?

Outra questão relevante foi em relação às responsabilidades do governo e da sociedade civil para a efetivação da segurança alimentar. O que se propunha na época e se propõe até hoje, é a parceria, e este é um conceito que traz bastante conflito. Definir o que é parceira, quais são seus limites, ainda é uma questão que precisa de aprofundamentos e avanços. Em outras palavras, é uma questão polêmica.

A Conferência Nacional de Segurança Alimentar de 1994 definiu três eixos e dez diretrizes que no entender daquela plenária seriam capazes de garantir a segurança alimentar:

O **primeiro eixo** enfatizou a questão do acesso à alimentação saudável. **“Ampliar as condições de acesso aos alimentos e reduzir o seu peso no orçamento familiar”**. Tinha um forte componente

---

\* Nutricionista, Diretora Executiva da Associação Mineira de Nutrição – ASMIN, membro do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar.

de se pensar na geração de emprego e distribuição de renda, e de dar condições a todas as pessoas de comprarem o seu alimento, com o seu próprio dinheiro, resultado de seu trabalho. Pensou-se na dignidade do cidadão. **“Aumentar a disponibilidade dos alimentos, reduzir seu custo e o seu peso no orçamento família”**, também foi defendida como condição prioritária para a garantia do acesso aos alimentos.

O **segundo eixo** deu uma ênfase muito importante para a questão da saúde, pois sem dúvida nenhuma é preciso que a gente **assegure uma alimentação que promova a saúde e não seja veículo de doenças**. Muita atenção foi dada para os grupos populacionais mais vulneráveis biologicamente, como é o caso das crianças em fase de desenvolvimento, das gestantes e das nutrizes, as mulheres na fase do aleitamento.

O **terceiro eixo** defendeu a saúde e a educação nutricional, enfatizando a **importância da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, e o estímulo à práticas alimentares e estilo de vida saudáveis**.

O questionamento que se fez na época e que se faz até hoje é como se ter um estilo de vida saudável neste mundo competitivo em que a gente vive, e que é fruto desse modelo econômico perverso. É quase impossível. Defendo também que apesar dessas limitações a gente tem que tentar um melhor estilo de vida para melhorar nossa saúde, mas sem dúvida, um modelo econômico mais cooperativo e solidário é fundamental para a manutenção e promoção de nossa saúde.

Se nós observarmos a programação dessa Conferência Estadual que estamos realizando, nós veremos que houve uma preocupação muito grande, em se privilegiar a discussão da cidadania, e com alguns componentes importantes para a ampliação daquela proposta. Eu chamaria atenção para a **questão da cultura** que já era discutida naquela época mas que nós precisamos enfatizar mais, ouvir mais as experiências locais, valorizar cada vez mais essas experiências. O mesmo peso devemos dar à **questão do gênero** na segurança alimentar, e que foi muito bem valorizada pelo professor Munir. São questões que vão ser discutidas amanhã e a gente já percebe alguns avanços dessas reivindicações vindo da própria sociedade civil.

Ontem na abertura, nós ouvimos muitas reclamações das mulheres presentes, porque as mulheres que participaram da mesa de abertura

não falaram. Só os homens falaram. É bom que seja feita esta reflexão. É bom que o silêncio das mulheres tenha acontecido, porque uma forma pedagógica é o silêncio. Por que que a as mulheres não estão tendo a sua fala privilegiada? Por que que as mulheres não estão tendo peso na decisão das propostas da segurança alimentar, se na verdade ela tem um papel histórico extremamente importante nesse processo, desde o nível domiciliar, até os diferentes grupos sociais dos quais ela faz parte?

Agora vou tentar conectar todo este resgate com o tema para o qual eu fui convidada a expor: **Qualidade dos alimentos e nutrição**. A diretora número nove da Conferência Nacional de 1994, **garantir a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos**, foi objeto de uma grande discussão. A Lígia, com toda a sua experiência e conhecimento, vai tratar da questão sanitária. Então eu vou me ater mais a outras questões e aspectos. Para começar a discutir a questão da qualidade dos alimentos e da nutrição, eu vou passar uma transparência que vai estar mostrando o conceito biologicista da nutrição. É óbvio que ele não pode ser jamais desarticulado das questões sociais, econômicas, culturais, e políticas que envolvem o conceito de nutrição, pois ele é um conceito muito mais ampliado.

Mas do ponto de vista do corpo biológico, não é possível ter saúde e nutrição sem uma alimentação saudável. Para ser saudável, o alimento tem que ser pensado em seu **critério tecnológico, desde a sua semente e solo onde será cultivado até quando ele passa pelo processo de industrialização e se transforma em um produto alimentício**. Elementos nocivos à saúde, como por exemplo, os agrotóxicos e os aditivos alimentares usados de forma indiscriminada e mais recentemente os alimentos transgênicos, podem afetar o fator nutricional e o potencial de promoção de saúde do alimento. Nós temos que saber qual é o impacto destas substâncias na nossa saúde, a temos que ter certeza de que estas substâncias não vão afetá-la, para termos a certeza de que nossa alimentação seja realmente saudável.

Apenas saciar a fome não garante que estejamos nutridos. É importante também observarmos o **equilíbrio e a proporção dentre os diversos nutrientes que compõem nossa alimentação**

**no dia-a-dia**, são também muito importantes para o nosso bem-estar e a nossa nutrição. Já temos comprovações científicas, de fontes idôneas, de que determinadas combinações entre diferentes nutrientes são prejudiciais ao processo de absorção. Neste caso, podemos colocar nosso corpo em risco de carências nutricionais.

A etapa da excreção, também faz parte do processo da nutrição do corpo biológico. A alimentação precisa ser composta diariamente por alimentos que contenham fibras, como, por exemplo, as frutas, as hortaliças e os grãos integrais, para que a etapa da excreção seja saudável.

No meu entender, a visão biologista da nutrição precisa enfatizar mais a questão da excreção. Precisamos excretar as substâncias nocivas presentes em alguns alimentos sem que o intestino faça tanto esforço. Uma excreção dificultada provoca câncer de cólon, em grande parte da nossa população. A nutrição em si, tem a função primordial de desenvolver física e intelectualmente as crianças e, manter a saúde e a harmonia de sua vida e da vida dos adultos. Ser-humano mal nutrido não tem saúde. Por isso precisamos garantir que todos os nutrientes estejam na nossa alimentação diária, a partir de uma alimentação balanceada.

Há um consenso global que traduz isso de uma forma mais fácil da gente compreender. O contexto científico global, já afirma que os nutrientes em nosso organismo devem ser garantidos através de uma alimentação rica em frutas, verduras, legumes, pães e cereais integrais. Os alimentos integrais nos fornecem uma possibilidade muito maior de termos acesso às vitaminas, aos minerais e as fibras.

A alimentação também precisa ser moderada em relação à ingestão de alimentos à base de proteínas, encontradas nos peixes, nas aves e nas carnes de uma forma geral. As carnes também contribuem para a prevenção da anemia, tão presente nas populações de todas as classes sociais. Elas são fontes de ferro. Mas essas carnes precisam ser pobres em gordura, porque o excesso de gordura causa problemas sérios para nossa saúde. Os laticínios além de fontes de proteínas, são ricas fontes de cálcio e precisam ser ingeridos diariamente com baixo teor de gordura. Desta forma prevenimos os problemas cardiovasculares, problemas do coração, infartos, afecções vasculares, celebrais, obesidade, diabetes. A alimentação também deve ser pobre em açúcar, sal,

álcool, em bolos, biscoitos, doces, chocolates, refrigerantes, carnes gordas e ovos.

Em nível pedagógico muitos educadores da educação alimentar e da educação nutricional, depois de várias experiências até com outros modelos pedagógicos, concluíram que o modelo da Pirâmide dos Alimentos, é efetivo em demonstrar a importância deste equilíbrio entre os diversos nutrientes. Estudos demonstram que a Pirâmide é um modelo pedagógico mais avançado do que os foram tentados até então. Os congressos internacionais de Nutrição vêm apontando para a importância deste modelo pedagógico na modernidade e o consenso científico brasileiro, também elaborou a sua pirâmide para o nível nacional, com recomendações específicas à realidade cultural de cada local. Ou seja, não é uma pirâmide padronizada para todas as realidades. É preciso que se valorize os alimentos regionais, que se valorize a cultura alimentar local, e os hábitos alimentares saudáveis tradicionais.

No município de Belo Horizonte, equipe de nutricionistas da Secretaria de Abastecimento da Prefeitura, por exemplo, elaborou uma pirâmide local. Ficou nesse formato aqui.

A Pirâmide Alimentar nos ensina a respeitar alguns princípios. Ela demonstra que, por exemplo, o grupo de cereais, arroz e massas devem ser a base da pirâmide. Eles devem obedecer o princípio com moderação. Não é pra comer à vontade cada grupo. Temos que respeitar um mínimo e um máximo de porções para cada faixa etária, altura, atividade física etc. No segundo degrau da pirâmide estão os vegetais e as frutas também obedecendo a uma moderação em sua quantidade. No terceiro degrau os alimentos à base de proteínas, e cálcio, representados pelos laticínios, e proteínas e ferro representados pelas carnes em geral e os feijões. Para quem não tem condições de acesso a alimentos caros como as carnes, o hábito de comer feijão com arroz, por exemplo é de grande importância na garantia do ferro, dos carboidratos e das proteínas. O feijão é muito importante em nosso dia-a-dia como fonte de proteína e ferro. A ênfase para o leite e derivados deve-se pela importância de garantirmos o cálcio em nossa alimentação. Esta deficiência é um grande problema de saúde pública em nosso país e estado. Nós estamos deficientes em cálcio de uma forma geral. Além das proteínas o ferro, também é um problema de saúde pública. A maior parte da população tem problemas

com anemia. Isto inclui todas as classes sociais. No último degrau da pirâmide estariam os alimentos à base de gordura, óleos, e açúcares, numa proporção mínima.

O que esta pirâmide nos faz refletir é exatamente a condição de variarmos ao máximo esses alimentos, em especial as verduras, as frutas e os legumes que devem ser utilizados com a máxima variedade possível. Desta forma garantimos que todos esses nutrientes que precisamos no nosso dia-a-dia estejam presentes em nossa alimentação diária. É preciso garantir uma proporcionalidade entre esses diversos nutrientes. A pirâmide já está nos mostrando que esses nutrientes deverão estar numa proporção entre si para que nós não corramos riscos de perder a saúde.

Eu defendo que a proposta da pirâmide deve ser sempre ampliada pela participação da sociedade civil. A sociedade civil deve fazer parte destas discussões. É preciso verificar se realmente é esta pirâmide que ela quer, ou se é outra. Defendo que é preciso enfatizar o componente da discussão cidadã, da democratização das decisões.

Essa outra transparência está nos mostrando o consumo de alimentos no Brasil. É um estudo do IBGE de 1997, onde foi avaliado o que o povo brasileiro come, e foi dividido por faixa de renda. Foi dividido de 1 a 5 salários mínimos, e o que se concluiu é que todas as duas faixas, aumentaram imensamente o consumo de refrigerantes, e de biscoitos. Essas duas faixas da população gastam muito mais com esses alimentos do que com frutas, legumes, verduras.

Na verdade o que a gente está fazendo em nosso país é invertendo a pirâmide, o que está lá em cima da pirâmide é o que está lá em baixo. Isto nos faz refletir sobre o direito que as pessoas têm de serem informadas sobre uma alimentação adequada a partir dos interesses da sua saúde, e não dos interesses do lucro. Os cidadãos têm o direito de saber o que estão comendo e o que é uma alimentação saudável para poderem escolher o que comer.

Outros estudos dão conta da deficiência que toda a população tanto a mais favorecida quanto a menos favorecida, têm em relação aos nutrientes de cálcio, ferro e vitamina A, principalmente a população com menos acesso. Isso também nos diz que toda a população está desinformada, e está extremamente influenciada pelas leis do mercado.

Esse gráfico está nos falando da obesidade, principalmente na camada menos favorecida economicamente. Observem como ela está sendo influenciada também pelos hábitos alimentares inadequados.

Nós temos que pensar também que grande parte da população está com medo de comer. Nos encontros com os agrônomos, por exemplo, eles falam pra gente, **“Eu não como mais tomate, nem morango...Estão cheios de veneno.** O que nós estamos fazendo para mudar este quadro?

Nisso entram também os transgênicos. Não sabemos o que eles vão fazer com a nossa saúde. A sociedade civil brasileira se reuniu ano passado no Fórum Social Mundial, na Oficina de Segurança Alimentar e chamou bastante a nossa atenção para a questão da qualidade dos alimentos além da importância da informação da alimentação adequada e para a relação do modelo econômico vigente, em relação à estas questões. Foi dada ênfase principalmente à influência das indústrias de alimentos transnacionais que estão dominando as decisões políticas muito mais do que o próprio estado e a sociedade civil. O último encontro da sociedade civil mundial que se realizou em Havana, em Cuba, também fala da necessidade de cuidarmos muito além da questão da fome e da questão do bem estar nutricional. Nos aponta para a importância de preservarmos nossa soberania alimentar. A declaração desse Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, chamou a atenção para que, sem soberania alimentar não podemos garantir, a segurança alimentar e a alimentação adequada.

Para finalizar eu vou fazer uma provocação de que nós, sociedade civil, precisamos ter estratégias. Precisamos de todas aquelas estratégias apresentadas ontem. Acho que cada um de nós tem uma visão e uma estratégia. Precisamos somar estas estratégias para formar um grande mosaico. Cada um contribui com um pedacinho de sua visão, para este grande mosaico estratégico.

Eu sou uma das pessoas que faz parte de um grupo que defende um controle da sociedade civil sobre a comercialização dos alimentos industrializados. Eu acho que não podemos mais deixar de enfrentar a discussão de que os meios de comunicação são os maiores promotores da deseducação alimentar. Ao mesmo tempo em que eles promovem a saúde de um lado, eles

confundem do outro. Às vezes eles promovem uma propaganda totalmente enganosa. Nós precisamos ter um instrumento. Esse instrumento pode ser, por exemplo, a **Norma para Comercialização dos Alimentos Industrializados**, com base na **Norma para Comercialização dos Alimentos para Lactentes**, que foi uma norma extremamente efetiva na promoção do aleitamento materno a partir do combate às indústrias do leite para lactentes. Ela reverteu a questão do abandono do aleitamento materno porque as

mães não confiavam no seu leite, confiavam muito mais no leite da indústria.

Então precisamos de um instrumento forte como esse para a gente conseguir tomar o controle dessa situação.

Assim, poderemos de fato ter acesso e controle social à informação sobre educação alimentar e nutricional em nosso país.

Muito obrigada.

O primeiro objetivo é a proteção do consumidor relacionada a sua saúde, impedindo-o de ingerir alimentos que contêm resíduos de antibióticos, de agrotóxicos, microorganismos em quantidades que podem causar doenças, parasitas, aditivos além do permitido, metais pesados etc. Enfim, são diversos os agentes, os contaminantes que podem causar problemas para a nossa saúde e que são ingeridos por intermédio dos alimentos. Só as doenças de origem bacteriana, estima-se que um terço da população adoça todo ano, pelo menos uma vez, por causa dos alimentos. Além disso, tem uma outra questão importante no controle de alimentos que é a prevenção de fraude.

Por exemplo, quando o consumidor compra um café cuja metade é milho, sofre um dano, pois embora o milho não faça mal à saúde, faz mal para o seu bolso. O consumidor paga por café e compra milho, e quando passa no coador não deixa nenhum atributo novo ou de qualidade para o produto. Isso também é objeto do trabalho da vigilância sanitária, além da garantia do direito à informação. Quando se compra um produto, o seu rótulo deve ter as informações necessárias, inclusive as nutricionais. A questão da informação nutricional é muito importante, pois o que se vê é que geralmente os produtos industrializados são pobres em nutrientes essenciais como vitaminas e ricos em gordura. A maior parte deles usa um marketing muito pesado. Hoje os meninos preferem comer um chips, um biscoitinho a estar comendo uma fruta. Os próprios pais quando fornecem esses tipos de alimentos para os meninos não têm noção efetivamente do valor nutricional destes produtos.

Outra questão relacionada ao controle dos alimentos é a facilitação do comércio. O produto que está registrado, o produto que está sob vigilância sanitária, tem acesso aos pontos de comércio e até ao comércio internacional. Outros não têm acesso

ao comércio, são vendidos na clandestinidade, ou na periferia onde a fiscalização é menor.

Então existem esses dois aspectos relacionados ao controle de alimentos: o da proteção do consumidor e o da facilitação do comércio.

Dentro da segurança alimentar, a primeira questão a ser considerada é a disponibilidade de alimentos. Hoje nós temos uma grande parcela da população que trabalha de forma artesanal, ou com a agricultura familiar e que não tem como legalizar perante as normas sanitárias, porque não existe lei que permita isso. No ano passado começou a tramitar na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 1105. Ele já está no último trâmite de votação, porém está parado. Esse projeto de lei tenta inserir os produtores artesanais e de agricultura familiar, dentro do mercado. Porém inserir com qualidade, pois esse setor da economia é importante, mas não se pode penalizar o consumidor por isso, sujeitando-o a um produto inseguro. Então, o pequeno produtor e o produtor artesanal, devem ser inseridos no mercado de qualidade. Esse é um projeto de lei que tenta trabalhar estas questões. Ele foi elaborado por um grupo de trabalho, composto por profissionais de diversos segmentos que tratam dessa questão no Estado, desde representantes de produtores artesanais, como os do "Mãos de Minas", bem como dos órgãos de fiscalização e da comunidade científica: EMATER, Secretaria da Saúde, Instituto Mineiro de Agropecuária, universidades, CETEC e prefeituras. Foi um trabalho feito em conjunto, que poderia estar trabalhando essa questão de estar inserindo esses produtores no mercado. Acredito que poderia sair um encaminhamento desse fórum para estar cobrando o porque este projeto de lei está parado.

Outra questão da disponibilidade é que quando se faz o controle, melhora-se a questão das perdas. Hoje cerca de 40% do que é produzido

---

\*Diretora de Vigilância Sanitária de Alimentos da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais

não chegam à mesa, porque você vai se perdendo no meio do caminho, por falhas tecnológicas, porque estamos aprendendo a produzir com qualidade. A segunda questão é da qualidade do produto e quando falo de qualidade, falo de qualidade relacionada ao risco à saúde. Existe a qualidade comercial, ou seja, se uma batata é maior ou menor, se um doce é mais ou menos vermelho. Não é essa qualidade a que me refiro. Estou falando daqueles aspectos essenciais, que trazem problemas à saúde de quem está consumindo.

Como é que se trabalha na vigilância sanitária? Primeiro a gente trabalha com os aspectos da regulamentação. Nós trabalhamos observando leis, e isso é importante porque nós utilizamos o poder de polícia. Em nome de proteger a saúde do consumidor, temos a prerrogativa de apreender produtos e fechar estabelecimentos. Isso tem que estar muito claro e transparente dentro da lei. Não pode ficar na cabeça de quem está fiscalizando, a regra do jogo ela deve estar muito bem descrita na forma de um regulamento, para não haver arbitrariedades por parte do poder público. Por isso eu não posso autorizar um estabelecimento que faz um produto artesanal, embora possa estar vendo que os produtos são de excelente qualidade e muitos os são. Porém, eles são tratados como clandestinos, são ilegais, pois a lei não me faculta autorizar estes estabelecimentos. Se a lei não nos atende, nós como sociedade temos que nos organizar para cobrar que o legislador faça uma lei que seja adequada e que nos atenda.

A segunda ação que a vigilância sanitária faz é a inspeção sanitária. É aquela que você vai ao estabelecimento e constata se os produtos estão ou não de acordo com aquilo que diz a regra e as boas práticas de fabricação. Você tem definido quais são as práticas corretas para que aquele alimento saia com qualidade, garantindo que aquele produto não cause doenças. Isso é observado durante a inspeção. Além disso, esses produtos são registrados ou dispensados de registros. Mesmo os dispensados de registro são cadastrados e este cadastro é que a gente utiliza para priorizar no momento do planejamento das inspeções. Fizemos também investigações de surto, ou seja, quando as pessoas adoecem pelo consumo do alimento, como aconteceu na Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, semana passada. Diversas pessoas adoeceram por consumirem alimentos. Isso geralmente ocorre em grandes eventos, porque se faz alimentos em maior quantidade e

muitas vezes não existem condições para o processamento e conservação de um grande volume de alimentos. O importante é que se investigue o surto para ver onde está o problema, qual foi a causa que fez com que as pessoas adoecessem, de forma que se possa prevenir melhor.

A vigilância sanitária do Estado, em parceria com os municípios, executa programas de controle de alimentos. Aleatoriamente pegamos produtos no mercado e avaliamos a qualidade deles. Isso é importante para priorizar onde estaremos inspecionando mais, e que conduta teremos de acordo com o risco à saúde encontrado. É muito importante se trabalhar de forma articulada com os diversos setores que possuem interface com o controle de alimentos. Ultimamente temos articulado melhor com o pessoal do Ministério Público. Nós estamos engatinhando ainda com o Instituto Mineiro de Agropecuária e com a EMATER, embora já tenhamos tido algumas experiências como na questão da regulamentação.

É importante, também, a educação sanitária, não só dos aspectos relacionados com a vigilância sanitária, mas de forma compartilhada com outros programas dentro do setor de saúde. Estar compartilhando com agentes comunitários, com agentes de saúde da família, porque a maior parte dos surtos de intoxicação alimentar, possuem origem no domicílio. Logo, não adianta ter todo o aparato de fiscalização para garantir que os produtos que as pessoas compram é de boa qualidade, se dentro de casa as pessoas não sabem dar o tratamento adequado ao alimento. É preciso ter um trabalho efetivo. Não adianta ter uma rotulagem em que você tenha descrito todos os nutrientes que aquele alimento possui, o quanto aquele alimento vai suprir a minha necessidade diária de nutrientes, se as pessoas não souberem ler o rótulo, saber o que significa aquela informação. Não é só uma questão de informação disponível. Aliado a isto é preciso ter um trabalho que diga para as pessoas como fazer e como utilizar aquelas informações.

Nós trabalhamos, também, com processos administrativos. No final desses processos pode-se fazer a interdição de produtos, a inutilização daqueles produtos que não estão adequados para o consumo. De janeiro a julho de 2001, a gente fez 4155 inspeções em indústrias de alimentos e concluímos 138 processos administrativos. Realizamos 20 treinamentos em ações básicas de vigilância sanitária de alimentos, um em inspeção de indústrias

de alimentos, três em rotulagem de alimentos e um de especialização. Analisamos, no período de outubro de 2000 a setembro de 2001, 1415 alimentos e destes nós tivemos 460 amostras aprovadas, 955 condenadas. Na maior parte das condenações, 67% se relacionam a problemas com a rotulagem, e isso que não estávamos avaliando, a rotulagem nutricional, vamos começar a cobrar a partir de janeiro. Essas condenações podem ter sido por questões banais, como um dizer fora do local, até coisas sérias, como deixar de declarar algum nutriente do produto e esse nutriente trazer problemas para algumas pessoas. Existem mais de 180 tipos de alimentos que provocam ou alergia, ou algum tipo de intolerância em algumas pessoas. Por isso é importante que essas informações estejam declaradas no rótulo. E se esse problema de rotulagem for alguma coisa relacionada a isso, pode estar causando doença em algumas pessoas. A segunda coisa foi por conta de padrões microbiológicos, por contaminação, a terceira, em quantidade menor, relacionada à microscopia, isto é, relacionada à sujidade ou fraude, e por último, por presença de aflatoxina, principalmente em produtos de amendoim, que contém uma quantidade grande de uma toxina produzida por um fungo e que provoca câncer hepático se consumido de forma crônica por muito tempo.

Então, sobre a questão relacionada à rotulagem nós tivemos 49% das amostras analisadas, condenadas. O que a gente entende por rótulo? Rótulo é tudo aquilo escrito em forma de imagem, que esteja estampado, impresso, litografado e colado na embalagem do alimento. É comum existir um rótulo de picolé de morango, com um morango grande em cima e no produto não existir sequer um morango. Isso é, ele tem um corante vermelho e um aroma artificial de morango. Isso se enquadra nesses problemas de rotulagem, porque o rótulo não pode apresentar informações falsas, incorretas e insuficientes, ou alegar algum atributo que o alimento não tem, como no caso do picolé de morango. O rótulo não pode, também, destacar a presença ou ausência de um componente que na verdade é comum àqueles tipos de alimentos. Por exemplo, na lata do óleo de soja vem escrito “não tem colesterol”. O colesterol é específico de gordura animal. Na verdade a informação correta é que ele não tem colesterol porque é de origem vegetal. Então, isso não é um atributo especial daquele produto, e sim de todos os produtos daquela natureza.

A mesma coisa é ressaltar um produto ou um ingrediente dentre outros que possuem tecnologia semelhante. Realçar qualidades que possam estar induzindo o consumidor a enganos e dizer que ele tem alguma propriedade terapêutica que na verdade naquela quantidade de consumo não tem. O alimento não é um medicamento. A partir do momento que ele tem um efeito terapêutico, deve ser tratado de outra forma, como medicamento, até porque ele estará sendo destinado a uma pessoa doente e que precisa de acompanhamento médico. Existem muitos alimentos que preconizam a cura de doenças. Têm alguns que são ótimos, curam desde o câncer até unha encravada, dor de cotovelo etc. Isso é péssimo porque muitas vezes faz com que a pessoa não procure o tratamento adequado, por ficar utilizando aquele produto que não tem a concentração certa, que não tem comprovação científica da propriedade terapêutica.

O que é a informação nutricional? Hoje observa-se que os obesos estão na classe mais pobre da população. Na verdade está faltando informação para tratar a questão da nutrição. Por isso é importante uma informação nutricional correta para ajudar a resolver esse problema, isso é, deve prever na informação nutricional: o valor calórico, a quantidade de carboidrato, de proteína, de gordura, de fibra, de colesterol, de cálcio, de ferro, de sódio. Essa legislação de informação nutricional foi calculada em cima de uma dieta para 2.500 calorias por dia, que um grupo de especialistas do Ministério da Saúde considerou adequada para a nossa população. Ela vale para aqueles produtos que são industrializados, que foram embalados fora da vista do consumidor. A informação é dada por porção. O que é a porção? É a quantidade média de alimentos que usualmente é consumida por pessoas cardíacas maiores de cinco anos, em bom estado nutricional, em cada ocasião de consumo, para compor uma dieta saudável. Os valores são declarados em percentagem em cima da porção para 2.500 calorias. Como isso funciona?

Dentro da pirâmide que a Josely apresentou você tem os diversos grupos de alimentos. Na base da pirâmide encontramos aqueles alimentos que devemos comer mais. É o grupo 1, composto pelos cereais, massas, grãos, raízes. Devem contribuir com 55% das calorias totais ingeridas, quer dizer, mais da metade do que a gente come está na base da pirâmide. No grupo 2 estão os legumes e verduras, e no grupo 3 frutas e sucos

de frutas, e assim por diante. Quando você pegar o rótulo de um produto você vai ver aqueles componentes que estão lá em cima da pirâmide e que tem que comer pouco. Você vai ver o que você pode comer de açúcar e de gordura. Essa orientação da quantidade de nutriente no produto é muito importante.

Em relação às análises microbiológicas, tivemos 18% de condenações. Essas condenações estão diretamente relacionadas com a segurança alimentar, daquilo que causa ou não causa doença. É preocupante ainda, mas se considerarmos que no ano passado essa contaminação estava em cerca de 30%, nós já conseguimos uma melhora. Aqui nós temos os grupos de alimentos que deram mais problemas relacionados aos padrões microbiológicos. Nos alimentos congelados tivemos 37% de condenação principalmente em pequenas empresas, relacionada ao uso de produtos vencidos como ingredientes. No momento em que o prazo de validade dos

produtos vence nos comércios, eles são vendidos mais baratos para este tipo de uso. Isso é proibido, e em posse desses dados, esta prática começou a ser coibida.

A questão dos sorvetes, dos gelados comestíveis, está principalmente relacionada ao uso do leite não pasteurizado. Houve 68% de condenação. Estamos com um programa especial para trabalhar isso. Vamos fazer um trabalho em cima desses dados que nós encontramos, que são alarmantes: 24% de carnes embutidos, 16% leite de caixinha, 45% de todos os tipos de queijo.

Nós podemos estar vivendo num mundo que é imperfeito. Na verdade ele não é perfeito, mas nem todas as fronteiras estão fechadas e quase todas as portas estão abertas. Eu acho que é preciso ter vontade de querer mudar e se unir para mudar, discutir, utilizar bem esse espaço que conseguiremos mudar essa realidade que está aí e que é tão dura.

Muito obrigada.

## SEGURANÇA ALIMENTAR COMO COMPONENTE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Francisco Menezes\**

Em primeiro lugar, eu vou colocar o entendimento de desenvolvimento sustentável que nós temos. Na realidade a gente considera que a sustentabilidade tem um forte componente no elemento ambiental mas, ela não se encerra, não se esgota somente no aspecto ambiental. Quando falamos em sustentabilidade estamos considerando, também, a sustentabilidade na sua dimensão econômica e na sua dimensão social. É com essa compreensão que estaremos trabalhando a partir de agora. Ao falar em desenvolvimento sustentável eu coloco uma perspectiva estratégica, articulando justamente entre si essas diferentes dimensões: econômica, social e ambiental.

Nessa perspectiva, eu proponho discutir a segurança alimentar nutricional como eixo estratégico de um projeto de desenvolvimento sustentável. Essa proposta, inclusive, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar tem sempre procurado colocar, que é o componente de segurança alimentar como um direito humano primordial e traz ao lado dele uma proposição para a sociedade de trabalhar a questão da segurança alimentar como eixo estratégico de desenvolvimento. Isso significa repensar a perspectiva de desenvolvimento que até hoje tem prevalecido no país.

Desse ponto de vista, nós dependemos que o conjunto de atividades seja ligado à produção, à distribuição e ao consumo dos alimentos que constitui o próprio sistema alimentar, pode e deve desempenhar um papel central na configuração econômica, social e cultural nos níveis nacional, estadual ou local.

Isso significa, quando eu falava em direito humano à alimentação, que não é pensar o direito humano à alimentação sendo trabalhado somente no sentido do atendimento das necessidades mais urgentes mas, pensar a questão da alimentação como um eixo principal dentro do processo de desenvolvimento. Eu estou insistindo neste ponto

porque o trabalho que vocês vão realizar será pensando no desenvolvimento, também, do Estado de Minas Gerais, e com o peso que o Estado de Minas Gerais tem, impulsionar uma reorientação para o desenvolvimento brasileiro.

Eu acho que trabalhando assim de imediato cabe redefinir os pesos que são atribuídos a diferentes atores sociais envolvidos com a questão alimentar. Para não me estender muito eu gostaria, pelo menos, de tecer algumas referências a dois desses atores. O primeiro refere-se ao agricultor familiar. Nesse sentido, o primeiro passo é o reconhecimento do papel reservado à agricultura familiar enquanto peça chave para a garantia de disponibilidade de alimentos. Mas, nós bem sabemos o quanto a agricultura familiar no país vem sendo relegada a um papel bastante secundário dentro do modelo prevalecente. A radicalidade de pensar dessa maneira significa inverter essa proposta de modelo para a agricultura, colocando em primeiro lugar a valorização e o reconhecimento da agricultura familiar com a correspondência de políticas efetivas que apoiem esses produtores, criando oportunidades de trabalho e de apropriação de renda a essas famílias rurais, e ampliando e melhorando a oferta de alimentos em âmbito regional e nacional a partir dessa agricultura familiar.

Isso me parece ser um dos pontos chave dentro dessa perspectiva de desenvolvimento, tendo a segurança alimentar como eixo estratégico. É importante ver, em termos mais práticos, que essa questão da agricultura familiar abre a possibilidade e tem se mostrado em diversas experiências bem sucedidas, o quanto que os chamados mercados institucionais, ou seja, aqueles mercados a partir dos quais o Estado tem a capacidade de gerir e controlar, podem ser instrumentos extremamente impulsionadores e de interessantes resultados no sentido do fortalecimento da

---

\*Economista, Técnico do IBASE-RJ, Membro da Coordenação do FBSANS.

agricultura familiar numa perspectiva de segurança alimentar sustentável.

Eu não vou citar todos os exemplos, mas, nós temos o exemplo das possibilidades que estão contidas quando se trabalha com a merenda escolar de associar diretamente aqueles agricultores familiares das localidades onde esta merenda deve ser fornecida, possibilitando uma alimentação mais saudável às crianças atendidas e fortalecendo a economia local.

Outro ator que nós precisamos trabalhar são os próprios consumidores, isto é, somos todos nós que nos alimentamos. Nesse sentido, precisa ser colocado um novo patamar a que deve ser alçado o consumidor do reconhecimento de seus direitos no papel que o consumidor deve exercer a partir de suas formas de organização no monitoramento das políticas correlacionadas com o tema alimentar. O consumidor no Brasil ainda tem um papel fraco e para pensarmos a segurança alimentar como eixo estratégico, é essencial fortalecer o papel do consumidor e de suas organizações.

Ao lado disso, a elaboração e implementação de uma política alimentar exige que sejam superados os enfoques setoriais que até então predominaram no trato desse tema. O que eu quero dizer com isso? Ontem, no início dos trabalhos, e vocês nas diversas conferências regionais, estiveram discutindo o próprio conceito de segurança alimentar. É um conceito abrangente e que guarda diversos elementos. Sempre quando eu falo segurança alimentar está contido aqui segurança alimentar e nutricional. Estou deixando de citar o termo nutricional porque estou preocupado com a hora. Mas, está contido em sua integridade porque não há segurança alimentar sem segurança nutricional. Hoje vocês viram diversos elementos que compõem essa concepção e deram uma abrangência a essa concepção. Eu insisto que não dá para compreender essa concepção como um somatório de elementos, como um conjunto de elementos acompanhados um do outro mas, muito mais do que isso. Temos que observar a articulação entre eles.

Então, quando eu dizia da necessidade de pensar o desenvolvimento como uma possibilidade de articulação e do rompimento dos diferentes setores, significa inaugurar algo que ainda é pouco experimentado dentro da prática da política brasileira. Eu acho que com o CONSEA de Minas Gerais está se buscando avançar nesse aspecto. Mas, falando dos governos de uma maneira

geral, eles atuam diferentemente de forma setorializada. A segurança alimentar nutricional sustentável, como eixo de desenvolvimento, dá essa perspectiva de articulação, seja da agricultura e abastecimento, com a educação, com a saúde, com a tecnologia. É assim que precisamos pensar. Se a gente setoriza isso e coloca a questão da segurança alimentar asilada em um único segmento de governo. Efetivamente, não vamos conseguir cumprir essa função que desejamos. Eu insisto nisso porque vocês vão estar trabalhando com os temas e vão estar pensando propostas, inclusive, com eixo mais centrado em determinado segmento. É fundamental estarmos pensando na agricultura mas, também, na educação, tecnologia, saúde. Esta é a forma avançada de pensar na segurança alimentar e nutricional.

A segurança alimentar como eixo estratégico de desenvolvimento precisa romper, ultrapassar os limites das ações meramente suplementares compensatórias. Entra aqui uma discussão que devemos enfrentar com coragem porque ela nem sempre é fácil, em que é necessário trabalhar a articulação do emergencial estrutural no enfrentamento da situação da insegurança alimentar hoje existente. Não podemos prescindir de medidas emergenciais porque estão em risco gerações inteiras, hoje privadas das condições mínimas de alimentação. Ao lado disso, não podemos fazer do emergencial uma maneira de externizar esse quadro, criando dependência. Justamente o emergencial tem que ser trabalhado para garantir a superação das condições que hoje o exigem.

Eu gosto de citar uma frase do Betinho, com quem eu tive a oportunidade de trabalhar durante muitos anos, que expressa bem essa preocupação e que diz assim: “atuar no emergencial sem considerar o estrutural é contribuir para perpetuar a miséria. Propor o estrutural sem atuar no emergencial é praticar um cinismo de curto prazo em nome da filantropia de longo prazo.” O Betinho queria dizer a importância de saber trabalhar as duas coisas conjuntamente com uma perspectiva de transformação radical mas, sem esquecer as medidas urgentes que precisam ser tomadas. Portanto, é necessário diferenciar bem a intervenção emergencial do mero assistencialismo. É preciso sempre estar associada à afirmação da cidadania a partir da firme referência ao direito humano primordial à alimentação que todos têm. Associar, também, à condicionalidade das políticas emergenciais. O que eu quero dizer com

isso é que vamos tomar medidas emergenciais sim mas, ao lado delas, representando os direitos e as obrigações que são por elas assistidos.

Não se pode pensar hoje no processo de distribuição de cestas básicas, por exemplo, se elas não estão diretamente associadas aos compromissos para com as famílias que as recebem, no sentido de manutenção de seus filhos na escola, atendimentos básicos onde o estado deverá estar assistindo. Um terceiro aspecto que para mim é primordial para garantir essa prática do emergencial no sentido da transformação, é associar a essas medidas uma forte participação daqueles que estão diretamente focalizados, ou seja, um controle efetivo sobre essas práticas. Isto para mim é básico para não corrermos o risco de cairmos no assistencialismo que gera dependência, que gera os resultados mais nefastos de perpetuação dessa situação.

Ao lado disso, eu falava do estrutural e não podemos adiar a necessidade de estar simultaneamente dando início e fortalecendo as políticas que permitam essas transformações estruturais, definindo um novo modelo de desenvolvimento onde elementos como a reforma agrária, uma política fiscal direcionada para a redistribuição da renda e uma política de emprego e de recuperação salarial, estejam lado a lado com essas medidas de caráter emergencial. É preciso iniciar um processo de transformação. O Secretário mostrou muito bem o quadro hoje a que estamos reféns da pobreza e da miséria, a partir de uma concentração de renda inaceitável que se coloca no país. As políticas de segurança alimentar devem isso.

Um outro aspecto que gostaria de frisar é o conjunto da população, não apenas os segmentos em situação extrema de pobreza. A segurança alimentar como um eixo de desenvolvimento deve ser pensada para toda a população.

Eu gostaria de citar o que Dom Mauro me disse e que eu achei uma percepção característica do Dom Mauro, e que devemos pensar a respeito. Ela estava dizendo, dentro das iniciativas hoje com que se trabalha a questão da nutrição materno-infantil, que é preciso pensar em uma política voltada para a situação de desnutrição, ou da chamada fome oculta, onde as crianças ricas estão submetidas dado o padrão alimentar praticado. Uma política de alimentação e nutrição para todos e não para segmentos isolados. É claro que serão necessárias medidas fortes, dada a condição mais extrema a que estão submetidas. Mas, precisamos pensar essa política como um eixo que coloca para toda a população.

Por fim, acho importante frisar que não podemos pensar segurança alimentar como eixo estratégico de desenvolvimento sem considerar fundamentalmente o requisito da sustentabilidade ambiental, no sentido de que o sistema alimentar que hoje estabelece, ele não pode de forma alguma vir a sacrificar a segurança alimentar das gerações futuras. A concepção de uma política de segurança alimentar e nutricional construída a partir de um processo contínuo e permanente de participação dos atores sociais envolvidos, a exemplo do que vocês estão praticando nessa conferência mineira de segurança alimentar.

Não nos iludamos. O governo sozinho não vai fazer segurança alimentar nutricional, nem a sociedade conseguirá através de iniciativas isoladas. É preciso que se construa conjuntamente e nós sabemos bem das dificuldades que se colocam nesse esforço de construção conjunta. Mas, desejo firmemente que vocês lutam no caminho certo, desejo um bom trabalho para todos.

Muito obrigado.

## SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL COMO COMPONENTE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Frederico Penido de Alvarenga\**

Eu solicitei a uma pessoa da secretaria o levantamento de alguns dados que pré-selecionei para serem apresentados aqui. Apesar de saber e participar do dia a dia, alguns dados até me assustaram.

Primeiro, que a soma dos bens dos três maiores multimilionários do mundo, representa o equivalente a 600 milhões de pessoas. As três pessoas mais ricas do mundo têm mais do que 600 milhões de pessoas.

O Brasil, apesar de ser o 12º PIB, muita gente falava em 8º, mas a realidade é que, com a desvalorização do real, pulou para 12º, tem a posição de número 70 no ranking do desenvolvimento humano. O que vale efetivamente? Vale ser rico potencialmente em termos econômicos, ou vale ter uma população com qualidade de vida média? O conceito per capita também é fundamental. É o caso de Minas Gerais. Apesar do PIB mineiro ser o segundo, nós temos um desafio e um trabalho muito grande a ser feito, porque nós temos um PIB alto com uma população alta. Minas tem cerca de um milhão de pessoas, de famílias, vivendo na indigência, no segundo estado da federação.

Um conceito só para a gente fixar, é que se fala muito em desenvolvimento econômico e se fala pouco em desenvolvimento humano. Todas as estatísticas brasileiras, eu diria 95% delas, são econômicas. Quando a gente lê o jornal no dia-a-dia, a gente lê sobre déficit, crescimento econômico, superávit, balança comercial. Todos os dados da mídia brasileira e todos os dados reforçados do governo são econômicos. A gente não vê indicador social.

Temos que ressaltar a diferença entre crescimento e desenvolvimento. O que é desenvolvimento? Desenvolvimento é crescimento com qualidade de vida e com equidade social. Não adianta Minas, o Brasil ou a nossa cidade crescer,

não tendo qualidade de vida. Muitas cidades crescem, elas incham. Cidades que experimentam a industrialização muito rápida, elas têm imediatamente baixa na qualidade de vida. Um exemplo que nós temos muito perto da gente é a cidade de Betim. No momento de grande impacto industrial com a instalação da FIAT e um grande número de indústrias satélites, a cidade chegou a possuir um dos maiores índices de favelização per capita de Minas Gerais, ou seja, naquela momento Betim estava crescendo, sem desenvolver.

Eu gostaria de mostrar alguns indicadores do índice de desenvolvimento humano, que é o índice que mede, apesar de algumas deficiências, a base da qualidade de vida das pessoas. Na verdade, o que nós vivenciamos hoje no Brasil é um caminhar. Nós temos aqui um gráfico, e gráfico às vezes a gente toma um pouco de susto, em termos de visibilidade está parecendo que o Brasil está crescendo muito. Só que a base não começou no zero, porque a inclinação é pequena. Se estamos próximos do 0,75, somos hoje um país de nível médio. Só que a média às vezes é um pouco burra. Se você tem uma cidade com duas pessoas, uma ganha R\$ 100.000,00, a outra não ganha nada, a média é R\$ 50.000,00. Então, quem analisa entende que a população está em bom estado. Se você tem o pé na geladeira e a cabeça no fogão, na média você está equilibrado. Isso é o que a gente tem hoje no Brasil. Uma média razoável com uma tendência de crescimento, mas com uma desigualdade imensa em regiões muito específicas, inclusive em Minas Gerais. Um terço da nossa população é de pobres. É um número que tivemos uma pequena melhoria no período de 1993 e 1994. Tivemos uma pequena queda, mas, agora, estabilizamos. Há mais de cinco anos que não conseguimos sair desse percentual.

A taxa de mortalidade, nós temos um percentual de 34 por 1.000, enquanto a média dos países em desenvolvimento é de 13, 14 por 1.000.

\* Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Minas Gerais.

Algumas cidades em Minas têm esse percentual, em compensação algumas cidades têm um percentual de quase 60. Isso mostra o problema que nós temos. A expectativa de vida tem crescido proporcionalmente e temos um longo caminhar.

A média do trabalhador mineiro hoje é de pouco mais que a 4ª série. Esta é a média também do trabalhador brasileiro. É um indicador que vem melhorando, mas quando a gente compara com outros países como a Argentina – 7,9 anos; o Chile – 8,2 anos, os Estados Unidos – 11 anos; o Japão – 12 anos, podemos ver nossa diferença de competitividade. Como se fala em desenvolvimento com um perfil de mão-de-obra de apenas 4ª série de média? Como se fala da gestão da qualidade total, como se fala em controles estatísticos de processos, como se fala em tecnologia que dependam da língua inglesa para trabalhar determinado equipamento, determinada tecnologia? Temos também um desafio imenso. A taxa de analfabetismo de 7 a 14 é um dado que preocupa muito, porque é pouco distante da média de todas as idades. A média é ruim porque a população mais velha tem uma taxa muito alta. Quando a gente analisa de 7 a 14 o percentual cai mas continua, ou seja, não se prevê um grande crescimento no médio prazo para o perfil de escolaridade do brasileiro. A incidência do trabalho precoce e tudo isso que a gente está colocando tem a ver com a desnutrição. A escolaridade, a mortalidade, o trabalho precoce são conseqüências da desnutrição.

Um outro problema que nós temos é a alta concentração de renda, que é um problema estrutural brasileiro. Nós temos uma concentração que é uma das maiores do mundo. Ou seja, eventualmente podemos ter um grande crescimento econômico com aumento da desigualdade, a contrapartida é zero.

Poderíamos ter uma incidência de pobres cerca de 10% ao invés de 33% se tivéssemos um padrão de igualdade social semelhante à média mundial. Se a desigualdade brasileira fosse a mesma da média mundial, nós tínhamos 1/3 a menos de pobres.

É uma constatação dura e extremamente difícil de reduzir a desigualdade a curto prazo. Nenhuma sociedade democrática, baseada na sociedade de mercado, conseguiu realizar tal tarefa em curto espaço de tempo, mas a médio e longo prazo é fundamental que combatamos esses efeitos.

No período pós real observa-se uma redução muito discreta na concentração de renda pessoal

no Brasil. Mudou-se pouco ou quase nada. A desigualdade de renda no Brasil ainda é muito elevada, considerando qualquer padrão de comparação internacional, qualquer número que a gente comparar com dados mundiais. O índice de desigualdade é ruim. Sobre a inflação, os ricos conseguem indexar suas rendas muito melhor do que os pobres. Eles são favorecidos pela alta dos preços que promove uma redistribuição perversa na renda real dos mais pobres para os mais ricos. Uma coisa nefasta é a inflação, que tem um impacto muito negativo nas contas da população mais pobre. O rico consegue se preservar porque ele consegue indexar a sua renda.

Em períodos de alta da inflação essa redistribuição é muito rápida e drástica, pois a concentração da renda aumenta rapidamente, ou seja, a desigualdade aumenta em períodos de inflação. Todos os dados mostram isso, acarretando o crescimento do nível de pobreza.

Um dado que temos que nos preocupar muito por se tratar de um problema mundial, não é um problema mineiro, não é um problema de Belo Horizonte e nem do Brasil, é que a população mundial (são dados de quinze dias atrás) deverá chegar a 11 bilhões de pessoas no ano 2050.

O relatório da situação mundial de 2001 diz que 20 bilhões de dólares anuais são necessários para amenizar o problema básico da população mundial. O que são 20 bilhões de dólares? Um mês de pagamento de juros brasileiros. Foi praticamente o mesmo montante para socorrer quantos do PROER? Aqui estamos falando a nível mundial e não de Minas e do Brasil. Só a guerra do Afeganistão está tendo um desembolso médio dos Estados Unidos de 500 milhões de dólares/dia. Quero mostrar no gráfico a evolução da população mundial que é um estouro e com crescimento muito rápido.

Agora um slide para amadurecer e depois a gente passar para o debate. Em 2002, nós temos 668 milhões de pobres no mundo. Em 2050 teremos 1 bilhão e 860 milhões se mantivermos esse nível de crescimento. Por quê? Porque o ritmo de crescimento dos 49 países mais pobres é de 178%, contra 79% de média da população mundial. Em 79% de média, estão incluídos os 178% e se tirarmos esses 178% nós não vamos chegar a 20% de crescimento.

Para nutrir toda a população em 2025 será preciso duplicar a produção mundial de alimentos. Os indicadores têm melhorado de forma muito lenta. O comparativo que nós temos com a

média mundial é ruim. O Brasil não consegue hoje, com esse modelo adotado, transferir renda. O indicativo de desigualdade social nosso é gritante. Em toda região nós temos bolsões de pobreza. Nós temos disparidades regionais impressionantes. Qualquer viagem de carro que se faz de 100, 50, 200 km, você vê condições de vida absolutamente arcaicas.

A mensagem final que eu trago para prosseguir as palestras, é que a renda é o meio e que tem como fim o desenvolvimento humano. Se nós tivéssemos essa consciência, nós teríamos um país melhor.

O objetivo nosso primeiro, é dizer que o número que nós temos é assustador e que o desafio de médio e longo prazo é imenso. Existem duas alternativas para resolver o problema. A curto prazo é um aumento administrado do salário

mínimo. Cada vez que se aumenta o salário mínimo, o impacto na desigualdade social é muito grande. E a segunda alternativa, a médio e longo prazo, é investir de forma absoluta na educação.

Minas tem feito a sua parte e tem investido quase 40% de seu orçamento na educação. Tiveram que fazer uma lei para que investissem no mínimo 25%, porque não se investia. Minas está com um percentual muito maior. Temos problemas? Temos. Temos um desafio crescente? Temos. Porque internamente em Minas nós temos um quadro de desigualdade muito grande. Não só no Jequitinhonha, Mucuri, Norte. Nós temos em muitas cidades no Rio Doce, além de bolsões de pobreza na região central. O desafio, portanto, é muito grande.

Eu vou encerrar para não atrasar as discussões. Muito obrigado pelo convite.

## CULTURA NA SEGURANÇA ALIMENTAR

Ricardo Ribeiro\*

Eu aprendi convivendo entre os agricultores no Vale do Jequitinhonha, onde eu morei. Vou começar contando uma história que ilustra bem a questão da cultura na segurança alimentar. Eu estava numa casa em uma área indígena, e eles tinham recebido a visita de uma dessas campanhas emergenciais. Aqui não vai nenhuma crítica a essas campanhas, apenas vou mostrar o conflito da situação. Eles receberam uma lata contendo sopa, numa situação de seca. Abriam a lata, olharam o que tinha dentro e falaram: “o governo agora está vendo que a coisa está preta e está mandando lavagem para os pobres” e jogaram para os porcos.

Então, a gente tem que pensar um pouco para ter a noção do que é o alimento. Não podemos reduzir essa idéia de segurança alimentar, como se alimento fosse apenas um combustível. Será que o alimento é só isso? É preciso perceber que o alimento é muito mais do que aquilo que permite viver e fazer uma série de atividades no dia a dia. Ele é a nossa fonte de energia e, por isso, a contribuição da cultura é importante.

Quando nos alimentamos nós adquirimos substâncias que são fundamentais e, além disso, o alimento tem todo o conjunto de significado e, além do seu valor nutritivo, também tem a questão do gosto. A gente tem que gostar da comida. A comida não pode ser só comida. Por exemplo, quem gosta de pamonha, lembra do milho verde e faz a relação. Tem todo o conjunto de alimentos que nos lembra as festas juninas, o natal e que fazemos a relação com o tempo.

Quando eu era criança, eu comia muito isso. Essa relação nos faz lembrar da nossa infância, da nossa família, do lugar aonde a gente nasceu.

Aquele personagem do programa “Sai de Baixo” diz que o cajuzinho é comida de pobre. Todo alimento tem uma expressão social. Tem comida de pobre e tem comida de rico. Há uma valorização diferente no alimento. Então, o que

é gostoso está relacionado com a nossa cultura, com o nosso jeito de viver. O que não é gostoso ou o que é gostoso, determina o que é e o que não é comida. Nem tudo que é nutritivo, nem tudo que é alimento, muitas vezes não é considerado como comida.

É importante a gente perceber isso porque cada povo, cada cultura define a sua comida de forma diferente. O que eu estou falando parece óbvio mas, a gente começa a perceber alguns exemplos. Os hindus por tradição não comem carne bovina, os judeus não comem carne de porco. Nós não comemos carne de cachorro, pelo menos conscientemente. Ninguém se disporia a comer carne de cachorro na nossa cultura. Na Coreia nós vamos ter a Copa do Mundo ano que vem. É uma iguaria. Além disso, quem tem paciência de no domingo à noite assistir alguma coisa, vai se lembrar desse programa “No Limite” e das torturas com as pessoas comendo olho de cabra, minhoca viva etc. Os nutricionistas do programa falam que é ótimo e muito nutritivo, mas nem por isso é comida.

Uma política de segurança alimentar tem que respeitar e levar em consideração as diferenças do que é comida e do que não é comida, pois ela pode estar acreditando que está matando a fome de algumas pessoas com a comida errada, e aí vai o exemplo da história da sopa.

Em geral as culturas definem o que é comida considerando, primeiro, que a gente não é comida. Todos os grupos humanos trabalham a idéia de comida, dizendo que as pessoas não são objeto de comida. Eu estou falando coisas que, inicialmente, parecem óbvias mas, elas começam a fazer uma diferença quando percebemos o outro lado da coisa. A comida, essa relação de não comer o seu semelhante, também se traduz para os animais mais próximos como o cachorro, o gato etc.

Outro dia passou na televisão a história de um porquinho. Vai matar o porquinho, não vai

\* Sociólogo, Professor do Curso de Nutrição da UFOP.

matar etc. É importante a gente perceber o outro lado. Se certas coisas não são comida de gente, elas são comidas de bicho. A lavagem, por exemplo, é comida de bicho. Isso pode parecer muito interessante mas, eu já vi muitas nutricionistas defenderem que a população rural se alimenta de orapronobis, que tem um grande valor nutritivo. Comer orapronobis é estar se rebaixando à condição de bicho porque não é comida de gente. E, assim, têm outras várias comidas que as pessoas consideram como comida de gente, sendo que são para porco, galinha etc.

Além disso, nós temos uma série de restrições alimentares com aspectos religiosos, que diferenciam os grupos humanos. Através da religião é estabelecido o que pode ou não ser comido. Os adventistas não comem alimentos que contêm cafeína, tipo café, chá, coca-cola e outros. Animais aquáticos que não têm barbatanas e escamas como camarão, caranguejo etc. Os católicos não comem carne na Sexta-feira da paixão e muitos não comem na Quarta-feira de Cinzas e, alguns, durante toda a quaresma.

Há, também, uma série de aspectos sociais a serem considerados que diferenciam as pessoas dentro dos grupos humanos, alimentos que são proibidos ao homem, à mulher e, muitas vezes, as pessoas não sabem disso. Será que isso é importante para quem tem fome, para quem tem pressa mas, quem tem fome e pressa não aceita qualquer comida.

A política de segurança alimentar não é apenas pelo imediato. Vou dar um exemplo em relação a situações que chocaram e que eu vi num debate na imprensa há pouco tempo. Os produtores de café sugeriram introduzir o café na merenda escolar. Isso dá um bom debate, tanto do ponto de vista nutricional, quanto do ponto de vista cultural. Do ponto de vista nutricional sua defesa em relação ao café é estimular a atenção dos alunos durante as aulas mas, tem toda uma cultura que diz que a criança não deve beber café.

Outro aspecto que eu gostaria de chamar a atenção em relação à comida, é do ambiente de onde ela vem. O Tadeu estava falando de Itaobim e é muito bom a gente falar da história de onde a gente vem. Cada lugar tem as suas próprias comidas que estão relacionadas com a história daquele lugar e com o próprio ambiente. Essas tradições alimentares locais e regionais têm que ser pensadas numa política de segurança alimentar. A idéia de um cardápio único que se estabelece muitas

vezes, e em geral considera apenas e tão somente alimentos consagrados, sendo que muitos deles não são de origem brasileira. Não consideram, por exemplo, alimentos da cultura local.

Eu vou dar um exemplo. Eu trabalhei com o pequi e entre as coisas que eu coloquei foi o valor nutricional do pequi, baseado em outros estudos. Eu pergunto: será que os nutricionistas conhecem o valor nutricional do pequi para recomendá-lo no cardápio das escolas onde ele já é conhecido? Não podemos propor que o pequi seja consumido na Zona da Mata na merenda escolar, porque vai sobrar e vai ter muita criança com a língua cheia de espinhos.

A política de segurança alimentar tem que se adequar com a realidade local. Com isso eu quero chamar a atenção para a possibilidade e para a situação concreta, em que as tradições alimentares não se mantêm sempre a mesma coisa, elas modificam. Muitas vezes as políticas de segurança alimentar modificam as tradições alimentares e, posso dizer, para pior.

No Brasil, eu diria numa rápida passada, eu classifiquei quatro tipos básicos de acesso a alimentos diferentes. Primeiro, a comida viva. Para muitas comunidades indígenas a comida é viva. Ela corre, sobe nas árvores, desce, foge do tiro, foge da armadilha. A comida nasce, cresce e pode morrer antes da gente conseguir se alimentar. Além disso, é interessante perceber mesmo em comunidades de agricultores, eu chamaria de segundo tipo da comida natural, que ela é obtida sem o uso de remédio, de agrotóxicos, de vacinas, de rações etc. E eu vejo muitos agricultores, principalmente aqueles mais velhos, fazendo uma profunda crítica à comida que hoje eles se alimentam. Eles dizem que a carne, o leite, não têm o mesmo sabor, que o surgimento do óleo de soja substituindo a banha de porco, o toucinho, deixou a comida mais fraca. Essa modificação é considerada por essas populações e, muitas delas, reclamam profundamente dessas transformações porque não conseguem ter acesso a certos alimentos.

Além da comida natural, tem a comida industrial que é uma comida morta, artificial, embalada, congelada e, muitas, vezes, mantida com conservantes etc. Essa comida industrial que está aí, como por exemplo o frango. Quem foi criado na cidade não imagina que aquilo um dia foi vivo.

A nossa relação com a comida é muito diferente em relação a outra população. A comida

dos dias de hoje que é o supra-sumo, que é a comida rápida, também é industrial. Ela já vem pronta, requeitada e com opções limitadas para o consumo de massa em alta rotatividade. Eu não preciso nem dizer a cadeia de lanchonetes porque todo mundo imagina quando vê isso. Eu não estou aqui para fazer propaganda para ela. Esse modelo alimentar que nós estamos absorvendo cada vez mais, é o modelo alimentar que vem do chamado primeiro mundo, que é a civilização mais carnívora da história da humanidade.

É interessante observar que o consumo de carne na França entre 1840 e 1980 aumentou cinco vezes por pessoa. Então, em 140 anos as pessoas passaram a consumir cinco vezes mais carne. Isto também está acontecendo em certos padrões de faixas de rendas da nossa sociedade, que reproduz esse modelo do primeiro mundo. Essa mudança nos hábitos alimentares está relacionada com a mudança do estilo de vida. A gente come cada vez mais rápido, cada vez mais artificial e assim por diante. A segurança alimentar tem que pensar sobre o estilo de vida, a tradição alimentar e o tipo de alimento. Cada vez mais nós temos rejeição à carne e um consumo menor de calorias, porque nós estamos numa vida mais sedentária, mais paradona. Hoje em dia nem para mudar o canal de televisão nós levantamos, porque temos o controle remoto. Com isto, há um aumento das doenças cardiovasculares.

Essa mudança que nós estamos observando nos hábitos alimentares, ela passa nos anos 60 por interesses econômicos muito fortes. Nos anos 60 os Estados Unidos tinham superávit de alimentos. Produziam mais do que consumiam e tinham que colocar isso no mercado externo. A venda foi feita com um desconto de 40 a 70%, e os Estados Unidos chegaram a vender 1/3 da sua produção abaixo do preço de mercado. Isso contribuiu para que houvesse profundas mudanças

nas tradições alimentares de vários países do terceiro mundo. O trigo, no caso brasileiro, substituindo o milho e a mandioca, e tivemos um crescente consumo de pão, bolo, biscoito, macarrão e tudo que é feito com trigo. Algumas pessoas devem se lembrar da política contra a fome nessa época dos anos 60, da aliança para o progresso, da introdução do leite em pó no Brasil.

Para concluir, falar com vocês que a comida é uma relação de poder, comida é poder, a posse de alimentos é sinal de poder da nossa sociedade. A riqueza concretamente começa na mesa. Quem tem comida tem a expressão disso e quem não tem, não tem nada para oferecer. Eu já tive a oportunidade de viver isso na zona rural, na periferia urbana. Quem não tem nada para oferecer para uma visita, nem sequer um cafezinho bem ralo, é muito humilhante, é uma situação de muita humilhação. Talvez, na casa de um rico, porque ele não oferece nada, na casa de um pobre não tem nada para oferecer. É uma situação de extrema humilhação. A distribuição da comida é o indicativo da generosidade e, muitas, vezes, dos poderosos nessa sociedade.

É interessante como as festas religiosas no interior do Brasil representam um processo de redistribuição e partilha da comida. Em determinados momentos a celebração da fartura e da colheita expressa a idéia da comunhão presente no catolicismo. Concretizam essa idéia cristã da comunhão. A avareza que é o contrário disso, é a expressão mais dura da opressão. Ela permite e justifica para qualquer um a idéia do roubo, quando se trata da avareza da comida. Certamente, se eu roubar o livro do Romeu é crime, mas se eu roubar um pão, quando estiver com fome, na nossa sociedade não há uma condenação tão forte como se roubasse outro objeto. Roubar comida é considerado como um direito, exercício do direito à vida.

Porque discutir gênero na segurança alimentar?

Se analisarmos o texto base desta Conferência “Segurança Alimentar e Nutricional: transformando a natureza em gente”, veremos a relevância desta discussão. Destacarei alguns trechos para exemplificar:

“Segurança Alimentar trata exatamente de como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do estado e da sociedade como um todo, pode e deve garantir o direito à alimentação. Assim, o direito à alimentação é um direito do cidadão e a segurança alimentar e nutricional, para todos, é um dever da sociedade e do estado.

Para facilitar, podemos usar o exemplo de nossa família. Nem todos os membros de nossa família podem sozinhos garantir sua alimentação diária. A família de alguma forma precisa comprar, preparar e garantir uma alimentação de qualidade para bebês, jovens estudantes, desempregados, enfermos, idosos e outros.

(...) Na sociedade, como na família, cada caso deve ser tratado de forma diferenciada e, ao mesmo tempo, com equidade. Aquelas pessoas que não podem ter acesso ao alimento ou por sua faixa etária, ou por condições que limitam sua capacidade de se sustentar, devem receber a adequada assistência familiar ou social. Isto é um direito do todo cidadão.

(...) Mas, provavelmente, o maior marco de afirmação da idéia da soberania alimentar ocorreu em setembro de 2001, com a realização do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, em Havana. (...)

‘Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de

alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um espaço fundamental’.”

Entre as causas da insegurança alimentar, a concentração de renda e da terra aparece como um dos principais determinantes da fome e da miséria no país:

“Um estudo recente, desenvolvido pelo Instituto da Cidadania, estima que, em 1999, haviam cerca de 44 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza. Entre estes, os grupos sociais mais frequentes são os pequenos agricultores, os trabalhadores domésticos, os trabalhadores sem carteira assinada e os desempregados. A estimativa do Instituto da Cidadania mostra, ainda, que 9% dessas pessoas estão na Região Norte, 50% na Região Nordeste, 26% na Região Sudeste, 10% na Região Sul e 6% na Região Centro-Oeste. Este estudo mostra, também, que 20% dos mais pobres do país vivem nas áreas metropolitanas, 45% nas áreas urbanas não metropolitanas e 34% nas áreas rurais.”

Entre as diretrizes para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, está:

“Promoção da agricultura de base familiar

Produção de alimentos em bases socialmente eqüitativas

- Conferir apoio específico às mulheres produtoras

\* Socióloga, mestranda em Antropologia FAFICH/UFMG.

- Estimular iniciativas de inserção econômica
- Apoiar a eliminação da discriminação no acesso aos recursos produtivos (crédito, etc.)”

Duas questões podem ser ressaltadas a partir da leitura destes trechos: primeira, a compreensão de que estamos no campo dos direitos individuais e de cidadania, discutindo as relações entre família e sociedade; segunda, o próprio texto aponta um paradoxo ao destacar, por um lado, o papel relevante das mulheres na segurança alimentar e, por outro, reconhecer a existência de discriminação no acesso a recursos produtivos.

Alguns dados da ONU sobre a desigualdade na distribuição de recursos e poder na sociedade entre homens e mulheres, pode esclarecer mais sobre a questão:

- no mundo, as mulheres são responsáveis por 2/3 do trabalho realizado pela humanidade, recebem 1/3 dos salários e são proprietárias de 1% dos bens imóveis. Dos quase 1,3 bilhões de miseráveis do mundo, 70% são mulheres;
- no Brasil, as mulheres recebem em média metade do salário dos homens e as mulheres negras metade do que ganham as mulheres brancas. No meio rural as mulheres recebem em média 36% do valor do rendimento médio dos homens. Em 98, 81% das trabalhadoras em atividades agrícolas não receberam nenhum rendimento por seu trabalho. Na reforma agrária, a constituição Brasileira tem a titulação conjunta do casal como opcional, só se for solicitada, o resultado é que as mulheres representam apenas 12,6% dos beneficiários da reforma agrária e em MG apenas 10,8%, segundo dados do Censo da Reforma Agrária de 1996, pois INCRA não coleta dados por sexo. Só para efeito de comparação, na Colômbia 45% dos beneficiários da Reforma Agrária são mulheres.

O conceito de relações sociais de gênero pode nos ajudar a compreender porque as mulheres desempenham um papel estratégico na segurança alimentar, ao mesmo tempo em que são as maiores vítimas da pobreza e da insegurança alimentar, sendo, por estes dois motivos, alvos privilegiados das propostas de políticas de segurança alimentar e nutricional. Para tanto temos que analisar as relações de gênero na família e na

sociedade, para compreender o papel desempenhado pelas mulheres.

Falar a partir da perspectiva de gênero não é falar de mulheres, mas nos leva a compreender que as relações entre homens e mulheres na nossa sociedade são relações hierárquicas de poder dos homens sobre as mulheres, justificada pelo fato biológico da diferença sexual. Porém o que é ser homem e ser mulher na nossa sociedade é aprendido através da educação que recebemos na família, na escola e etc., portanto não é uma desigualdade natural, mas socialmente construída através da desvalorização do papel feminino.

O papel feminino tradicional estabelece a maternidade como principal atribuição das mulheres e, com isto também, o cuidado da casa e dos filhos, a tarefa de guardiã do afeto e da moral na família. O homem típico, ainda é considerado provedor do sustento da família.

O papel da mulher na criação dos filhos e cuidado com a família (trabalho doméstico, cuidar de idosos e enfermos) é tido como normal, porque elas naturalmente têm “mais jeito” e mais tempo. Pelo fato de envolver relações afetivas entre a mulher e os demais membros da família, o trabalho de cuidar da família é visto pela sociedade como naturalmente fora do mercado, gratuito, não-remunerado. Isto é a base da divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho produtivo e remunerado, realizado fora do espaço doméstico, é associado aos homens e o trabalho das mulheres neste campo, é apenas “ajuda” no orçamento, enquanto que o trabalho reprodutivo, não remunerado, realizado no espaço doméstico, é associado às mulheres e os homens apenas “ajudam” na realização das tarefas.

Como os homens são provedores da família, o trabalho profissional das mulheres é considerado complementar às suas responsabilidades domésticas, que seriam sua verdadeira ocupação. Por isto os salários podem ser mais baixos, pois o que ganham é visto como suplementar.

Pela falta de serviços públicos de apoio que dêem condições para as mães de família trabalhar fora, as mulheres optam por ocupações com maior flexibilidade de horários, trabalho em casa, trabalho em tempo parcial ou no mercado informal, sem direitos trabalhistas e com poucas perspectivas de crescimento profissional.

Por tudo isto, temos que estar atentos às propostas que sairão desta Conferência, para que as mesmas não apenas reforcem o papel tradicional

das mulheres no campo da segurança alimentar, sem contribuir para uma maior equidade nas relações de gênero. Devemos buscar dar visibilidade ao conjunto do trabalho (produtivo e reprodutivo) realizado pelas mulheres, valorizando a contribuição do trabalho de cuidado com a família na promoção da segurança alimentar, mas sem cristalizá-lo enquanto função feminina, de tal forma que o reconhecimento e a valorização destas atividades enquanto um trabalho social, sirva para estimular a redivisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres e para que

o Estado possa implementar políticas públicas que promovam a justiça no campo das relações sociais de gênero. Como, por exemplo, beneficiar diretamente as mulheres no acesso à terra, ao crédito e à participação, tornando obrigatória a titulação conjunta e a prioridade às mulheres chefes de família, na reforma agrária. Este é apenas um exemplo de ação afirmativa no campo das políticas públicas, no sentido de transformar a situação das mulheres em função da discriminação que sofreram historicamente.